

tempo e presença

Publicação do CEDI Número 259 Ano 13 Cr\$ 500,00

SINDICALISMO HOJE

NOVOS DESAFIOS

DESAFIOS AO SINDICALISMO

Os últimos acontecimentos do final do século, com aceleradas modificações em todos os setores da sociedade, estão exigindo dos movimentos sindicais o repensar seus próprios projetos, avaliando sua atuação e incorporando novos desafios à sua prática.

Os clássicos modelos de sociedade, muito desgastados, e as relações capital/trabalho precisam ser revistas frente a um mundo que, apesar dos fantásticos avanços tecnológicos, continua a manter a maior parte da população em situação de extrema pobreza. Os países do Terceiro Mundo, que tinham na mão-de-obra barata e na abundância de preciosa matéria-prima seus maiores triunfos nas relações internacionais, começam a perder esses precários fatores de pressão, com o poderio e a abrangência da tecnologia de ponta (à qual não têm acesso) e da formação de blocos econômicos. Cada vez mais os países pobres são marginalizados ou até excluídos das principais decisões do pequeno grupo que está esboçando o multidimensional projeto econômico do século XXI.

Temos assistido no Brasil, entretanto, nos últimos anos, à organização e ao fortalecimento de muitos outros movimentos populares com os quais o sindicalismo democrático tem que dialogar e procurar somar esforços na luta comum. Esse fato vem reforçar a nossa sociedade civil.

A derrubada e o fracasso dos governos ditatoriais, o desmascaramento dos modelos do socialismo do Leste europeu, o avanço das propostas neoliberais e as possibilidades de vivência em regime democrático exigem dos trabalhadores brasileiros rever o seu projeto sindical.

Isso vai exigir uma série de modificações na prática sindical exercida nos últimos anos: elencar novas prioridades; incorporar novas demandas; ampliar a perspectiva política; e aprofundar o compromisso democrático.

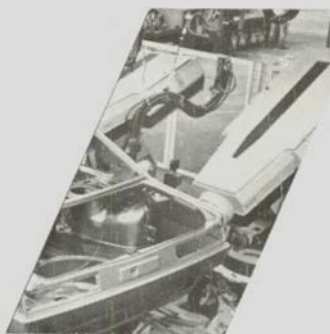
A extensão dessas modificações vai desde a concepção das centrais sindicais até o trabalho interno no local do trabalho. Terá

que atingir não somente os operários das indústrias de ponta, mas também os trabalhadores rurais, com todas as suas diversidades e peculiaridades.

Há idéias fortes que se estão consubstanciando no movimento sindical e que ultrapassam tanto a visão corporativista como as necessárias lutas reivindicatórias. Dentre elas destacam-se: a afirmação da cidadania, entendendo a democracia como construção de espaço público; a participação na política de distribuição da riqueza nacional; a aliança com outros movimentos sociais (de negros, de mulheres, ecológicos, etc); e a discussão dos fundamentos de um novo processo de desenvolvimento.

A conjuntura demanda um salto qualitativo no sindicalismo brasileiro. Sem negar a importância das denúncias, ultrapassar o limite do protesto, dando prioridade a uma política de afirmação, demonstrando que os interesses dos trabalhadores se confundem com interesses de outros segmentos sociais. Indicar de forma concreta a solidariedade e compromisso do sindicalismo com a maioria mais pobre deste País; com os milhões que sobrevivem na economia informal; com as crianças e adolescentes (importante força de trabalho); com a luta dos negros e das mulheres contra todas as formas de discriminação (inclusive nos sindicatos); na busca de formas de luta mais abrangente, como o contrato coletivo do trabalho; com a compreensão de que a preservação do meio ambiente é também vital para os trabalhadores; e com outros tantos desafios que, certamente, estão presentes no sindicalismo hoje.

No momento em que se realiza o IV Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (IV Concut, set. 91), — importante e democrática central dos trabalhadores brasileiros — a revista Tempo e Presença aborda, neste número, temas que certamente entrarão em debate, em tão importante momento da vida nacional. É contribuição do CEDI para o fortalecimento do sindicalismo brasileiro.



ÍNDICE

Sindicalismo

- 5 A ECONOMIA DO SÉCULO XXI
E O MOVIMENTO SINDICAL
Alofzio Mercadante Oliva
- 10 NEGOCIAR É PRECISO?
Antonio Luigi Negro
- 14 DISPUTA SINDICAL NO CAMPO:
QUEM FICA COM A CONTAG?
José Roberto Pereira Novaes
- 18 OS TRABALHADORES E
O MEIO AMBIENTE
Maurício Broinizi Pereira
- 21 SAÚDE NO TRABALHO
Jocélio Drummond
Rosane Machin Barbosa
- 23 GÊNERO E RAÇA: UM DESAFIO
PARA O SINDICALISMO
DOS ANOS 90
Maria Berenice Godinho Delgado
- 26 TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO
Elie Ghanem

Pena de morte

- 29 ASSASSINO EM NOME DO POVO
Dalmo Abreu Dallari

Igreja

- 31 REMÉDIO AMARGO
José Bittencourt Filho

Rubem Alves

- 35 O DEMO, PROFESSOR
DE LÓGICA...

América Latina

- 37 VOCÊ SE LEMBROU
DO 19 DE JULHO?
Cristine Retroz Bernardes

Bíblia hoje

- 40 POVO E PODEROSOS FRENTE
AOS SINAIS DE DEUS
Severino Croatto

Publicações

- 43 NEGOCIAÇÃO E CONTRATO
COLETIVO
Luís Flávio Rainho

SINDICALISMO

Na virada do século

A transformação do mundo, em muitos de seus aspectos, incluindo os incríveis avanços tecnológicos, desafia o sindicalismo a se defrontar com novos problemas impensáveis há poucos anos atrás. Alofzio Mercadante, que tem acompanhado esse processo, apresenta uma viva e interessante análise da questão. (página 5)

Angela Cristina Fernandes



PENA DE MORTE

Concurso para carrasco

Dalmo Dallari pergunta se o Brasil vai instituir concurso público para carrasco, em instigante crônica. Diversos setores da sociedade, incluindo as igrejas, começam a se mobilizar contra o plebiscito sobre a pena de morte. (página 29)

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

Trabalhadores e meio ambiente

A ecologia passou a ser questão obrigatória nas discussões de diversos setores da sociedade. O movimento sindical em geral e particularmente os trabalhadores devem participar mais ativamente desse debate, já que trabalho e natureza estão intrinsecamente relacionados. (página 18)

Doença e morte no trabalho

Os trabalhadores no Brasil são afetados na sua saúde, além das péssimas condições de trabalho, por situações que atingem o nível criminoso, como os efeitos de sua exposição ao benzeno. Veja como o movimento sindical está enfrentando o problema. (página 21)

Discriminação

O movimento sindical tem que enfrentar com mais intensidade, incluindo nas suas prioridades, a persistência da discriminação às mulheres e negros. Maria Berenice Godinho Delgado mostra a necessidade de se rever a metodologia que os sindicatos adotam frente a essa questão. (página 23)

IGREJA

Pentecostalismo Autônomo

Nos últimos meses a imprensa tem dado destaque ao crescimento de diversas expressões religiosas de recorte pentecostal. A Igreja Universal do Reino de Deus e a atuação do Bispo Macedo têm sido alvos preferidos. Tem faltado, entretanto, uma análise mais profunda do fenômeno. O teólogo José Bittencourt Filho apresenta reflexões que ajudam a compreender o fenômeno de forma abrangente. (página 31)

tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
Setembro/outubro de 1991
Ano 13 — n° 259

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 242-8847

Av. Higienópolis, 983
01238 São Paulo SP
Telefone (011) 825-5544
Fax (011) 825-7861

Conselho Editorial
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Heloisa de Souza Martins
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor
Jether Pereira Ramalho

Jornalista responsável
Paulo Roberto Salles Garcia
MTb 18481

Editores assistentes
Rafael Soares de Oliveira
Maria Cecília Iório
Beatriz Araújo Martins

Assessoria especial deste número
Equipe do Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário/CEDI

Secretária de redação
Beatriz Araújo Martins

Editora de arte
Anita Siade

Revisor e digitador
Paulo Roberto Salles Garcia

Produção gráfica
Supernova

Composição
Alcino Demby

Fotolito da Capa
Quimigráfica

Fotolitos e impressão
Clip

Capa
Décio Chiba

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Exemplar avulso: Cr\$ 500,00

Assinatura anual: Cr\$ 3.000,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 3.500,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Recebi o cupom para confirmar o meu endereço, com a finalidade de receber a revista *Tempo e Presença* por um ano. Fiquei muito feliz. Gosto muito desta revista. Tenho certeza que darei continuidade após o ano de cortesia, fazendo posteriormente a assinatura.

Irmã Cleide Fontes
Montese-Fortaleza/CE

Quero sim continuar sendo assinante da revista *Tempo e Presença*, pois mostra de uma forma clara o que ocorre a nível de Brasil e de mundo. E é preciso estar sempre bem informado e para tanto nada melhor que a revista *Tempo e Presença*, onde marca em nosso tempo a sua presença.

Sebastião Alencar
Curitiba/PR

Estou ansioso por receber a revista, pois como não tenho condições de assinar outro jornal ou revista, é através de *Tempo e Presença* que procuro me colocar de modo crítico e consciente das coisas que acontecem. Também os artigos de filosofia, sociologia, enfim toda a revista me é muito importante.

Raul José Biffi
Marília/SP

Estou renovando minha assinatura da revista *Tempo e Presença*. A pequena, mínima colaboração, a leitura, principalmente faz a gente experimentar

a presença de uma Igreja que se esforça para estar no Tempo, no chão. Sem fronteiras. Infelizmente há tantos que insistem em tirar a Igreja do chão, levando-a para sinagogas ou deslocando-a para as áreas celestiais. Fico torcendo para que *Tempo e Presença* ajude a Igreja oficial empatar suas fronteiras com a Igreja, que traz marcas de todos que têm fome e sede de justiça, sem discriminações, sem triunfalismos. Que Deus os recompense, pelo imenso bem que nos fazem.

Abdala Jorge
Acesita-Timóteo/MG

Tenho lido a revista *Tempo e Presença* há vários anos e sempre achei uma revista inteligente. Só não entendi essa embarcação na tese do Exército e das Igrejas Católica e Maometana contra o controle da natalidade. Este mundo tem 5,2 bilhões de habitantes — 70% passa fome. As idéias agrônomicas melhores dão-nos dados para sustentar 10 bilhões. E então? É esse o mundo para deixar para nossos filhos e netos — sem florestas, rios poluídos, mar poluído, ar poluído?

Prof. Dr. Warwick Estevam Kerr
Uberlândia/MG

Tenho recebido vossos recados dos vencimentos da revista, mas por estar desempregada há mais de 8 meses a renovação foi

deixada para trás. Agora graças a Deus estou trabalhando, não estou ganhando bem como todo brasileiro, 1 salário e meio, mas acho que vale a pena continuar recebendo esta revista que me ajuda a crescer no senso crítico e me informa sobre tantos assuntos que não posso atingir aqui no interior. Às vezes a gente sente que vai atrofiando e se alienando, esta revista ajuda a despertar.

Um abraço a toda esta equipe maravilhosa e compreensiva.

Norma de Fátima Ruiz
Santa Mariana/PR

Recebi a *Tempo e Presença* n. 257. Mesmo assim, penso que minha assinatura já terminou. Não querendo ficar sem as informações dessa revista, estou enviando o vale postal para mais um ano. Sei que os movimentos populares, os meios de comunicação e sindicatos passam por momentos difíceis. Nos movimentos de que participo estamos com dificuldades financeiras. Por isso, estou tentando dar uma contribuição que é insignificante. A revista ajuda a clarear o que acontece aqui e fora e os nossos meios de comunicação de massa confundem. Além de mostrar as lutas, num momento de "desorientação", a revista ajuda-nos na nossa falta de alguém que possa sintetizar.

Davi Barrozo de Carvalho
Sta. Luiza/MG

LEIA E ASSINE

TEMPO E PRESENÇA



Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação bimestral voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

- ☐ Assinatura anual Cr\$ 3.000,00
- ☐ Assinatura de apoio Cr\$ 3.500,00
- ☐ Exterior US\$ 50
- ☐ Número avulso Cr\$ 500,00

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI, aos cuidados do Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129 - CEP 22211 - Rio de Janeiro - RJ.
Av. Higienópolis, 983 - CEP 01238 - São Paulo - SP.

A ECONOMIA DO SÉCULO XXI E O MOVIMENTO SINDICAL

Maurício Simonetti/F4



Aloizio Mercadante Oliva

As transformações tecnológicas em curso nesse final de século colocam questões inéditas que apontam para a necessidade de profundas mudanças na prática do movimento sindical

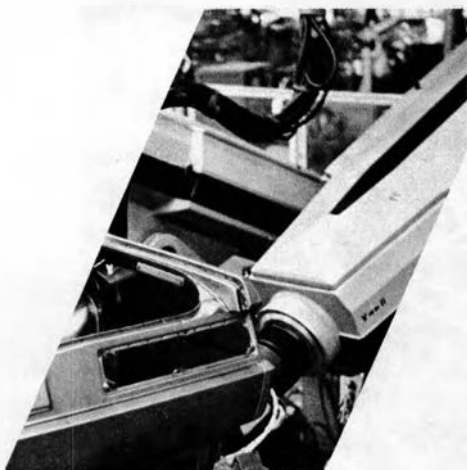
Estamos assistindo neste final de século a aceleradas transformações e recorrentes crises, um processo profundo, multidimensional que começa a esboçar a economia do século XXI. As mudanças tecnológicas em andamento são de tal magnitude que estão transformando a estrutura de produção e as relações de poder em nível mundial.

A chamada “terceira revolução industrial” está constituindo um novo sistema de produção de riqueza mundial, e poderia ser agrupada em algumas linhas básicas: o avanço do complexo microeletrônico, que transformou radicalmente o

uso e transmissão de informações; a robótica, com uma população de robôs de quase 100 mil unidades em âmbito internacional, incluindo os robôs inteligentes e reprogramáveis; a biotecnologia, que permite modificar a estrutura e comportamento de seres vivos e a forma e participação destes no processo produtivo; e os novos materiais, que estão impulsionando a “desmaterialização” do processo produtivo, onde as matérias-primas tradicionais vão perdendo valor e participação relativa na produção mundial.

Para exemplificar esse processo, podemos reproduzir os dados do

FMI sobre a economia japonesa, que reduziu, entre 1973 e 1984, em 60% o consumo de matérias-primas tradicionais. Outra característica é a desmassificação da produção, porque a produção em massa exigia uma grande quantidade de um pequeno número de recursos. Contrastando com esta tendência, a desmassificação exige grande quantidade de recursos diferentes,



em quantidades menores. Recursos cruciais de hoje são totalmente desnecessários amanhã, a agilidade de responder a esses metabolismos na produção é essencial para a competitividade da economia moderna. Paralelamente, as novas tecnologias impulsionam novos métodos de gestão, como o trabalho de grupo, que são acompanhados pela desverticalização das estruturas internas de poder nas empresas. O padrão *taylorista* da linha de produção está sendo substituído pelo *toyotismo*, como se convencionou chamar os novos métodos de gestão.

Novo contexto. Este novo padrão tecnológico agiliza o ciclo produtivo e as transações, exige tomada de decisões cada vez mais rápida e transforma o conhecimento científico e o saber na principal fonte de produção social.

Neste novo contexto das super-rápidas economias simbólicas, onde as informações jorram através das tec-

nologias inteligentes que promovem o ciclo produtivo no momento em que acontece, inevitavelmente os mais rápidos serão os mais fortes. A agilidade das informações que se processam hoje na rede bancária tende a se generalizar para outros setores da economia, integrando unidades produtivas — fornecedores e consumidores. Esse processo de informatização das relações econômicas permite conservar baixos os estoques e responder com grande agilidade às variações de demanda dos consumidores. A título de exemplo, a rede informatizada da economia americana mobiliza 1,5 bilhão de bits por segundo e está estrangulada; o novo projeto de ampliação pretende dobrar esta capacidade para 3 bilhões de bits por segundo.

No processo de trabalho, a mão-de-obra barata perde importância crescente, o trabalho deixa de ser manual para ganhar importância a inteligência humana, com novas exigências de qualificação profissional. Nessas condições, a educação deixa de ser apenas uma dimensão da cidadania e passa a representar uma exigência da economia propriamente dita. Um impacto contraditório, onde de um lado abrem-se novos horizontes para a relação entre trabalho intelectual e manual e são eliminadas pela automação tarefas monótonas e embrutecedoras do ser humano, mas de outro se verifica uma ofensiva sem precedentes do capital sobre o trabalho. Uma ofensiva que desarticula o núcleo do trabalho operário da indústria manufatureira, que terciariza o emprego, que deteriora conquistas sociais e promove trabalho precário, fragmentando a classe trabalhadora, gerando desemprego tecnológico e colocando novos paradigmas para a luta sindical e política.

Paralelamente, emergem novos movimentos sociais como os ecologistas, pacifistas, mulheres, juventude, minorias com um sentimento

CENTRAIS SINDICAIS NO BRASIL

Quando em 1982, a Comissão Nacional Pró-CUT se dividiu, os sindicalistas que não participaram do I Conclat (1983) se reuniram em torno da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora, a Conclat. Seu principal ponto de divergência com a CUT era o posicionamento frente à estrutura sindical oficial e à autonomia sindical. A Conclat privilegiava a manutenção da estrutura oficial e advogava apenas a remoção dos mecanismos de coerção, tais como intervenções e cassações. Por sua vez, a CUT se definia pela ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, que consagra o princípio da liberdade e autonomia sindicais.

Em setembro de 1985, surgiria a União Sindical Independente (USI). Baseada em sindicatos, federações e confederações do setor de serviços e de comércio, a USI diz representar mil entidades sindicais.

Em 1986, a Conclat mudaria de nome para Central Geral dos Trabalhadores (CGT). No congresso de abril de 1989, Rogério Magri sucederia o então presidente, Joaquim dos Santos Andrade, em uma eleição marcada por acusações de fraude. O resultado foi a criação de duas CGTs: a antiga permaneceu com Joaquim e a nova — Confederação Geral dos Trabalhadores — ficou sob o comando de Magri. Em 1989, a CGT de Joaquim dizia representar 900 entidades, enquanto a CGT de Magri, 1.500. O detalhe é que, muitas vezes, as CGTs dizem representar os mesmos sindicatos.

Por sua vez, a CUT se beneficiou muito com esse fracionamento, pois acabou sendo a opção dos sindicalistas egressos da CGT de Joaquim e ligados ao PC do B e PCB. A CUT totaliza hoje em torno de 1.600 entidades sindicais filiadas. Por sua vez, a mais nova central sindical, a Força Sindical, contou, na sua fundação, com 792 entidades sindicais, o que não significa 792 entidades sindicais filiadas. No momento, ela está se nutrendo do progressivo esvaziamento político das duas CGTs. (CEDI)

Já não é mais possível fazer avançar o projeto sindical se continuarmos pensando o trabalhador, simplesmente, reduzido à sua condição de assalariado

generalizado de recusa aos novos valores consumistas e individualistas que o novo padrão de desenvolvimento tecnológico aponta para o capitalismo. Inegavelmente estamos diante de um novo marco de alianças e desafios políticos para a luta dos trabalhadores na sociedade pós-industrial que começa a se delinear neste final de século.

Os desafios do movimento sindical.

Uma das características importantes da esquerda socialista é a perspectiva de pensar grande; e, mais do que nunca, grandes idéias fazem grandes centrais sindicais e pequenas idéias fazem pequenas centrais sindicais. A CUT se constituiu organicamente em torno da emergên-

cia de um novo sujeito político-histórico que tinha duas dimensões fundamentais: promover a participação dos trabalhadores na política articulada à perspectiva da distribuição da riqueza social.

Desde o período pós-guerra até o final da década de 1970, o Brasil combinou uma imensa vitalidade econômica, com crescimento médio de 7% ao ano, enquanto a indústria crescia 9%, com grande exclusão política e social amparada em governos e regimes autoritários. Assim, todo esse crescimento econômico nunca se traduziu em bem-estar social, ou seja, em distribuição de toda essa riqueza que era produzida para amplas parcelas da população.

Em cima destes dois vetores —

participação na política e distribuição da riqueza social — é que se construiu uma concepção de central sindical classista, de massas, democrática e pela base, que foi o grande debate do III Concut, em contraposição a uma central vanguardista de minorias militantes.

Essas definições, que foram importantes em determinada etapa de construção da CUT, hoje precisam avançar, ser requalificadas. Neste momento histórico, já não é mais possível fazer avançar esse projeto sindical se continuarmos pensando o trabalhador, simplesmente, reduzido à sua condição de assalariado.

Em primeiro lugar porque estamos vivendo um processo de regressão econômica e fragmentação social. O Brasil nos anos de 1980 ficou praticamente estagnado economicamente, e estamos assistindo à maior queda de produção já documentada na história do País. E

CONGRESSOS NACIONAIS DA CUT

A partir de 1978 os sindicatos passaram a perseguir um antigo projeto: a unidade e a criação de uma central sindical. Com esse propósito, várias tendências se reuniram em agosto de 1981 na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). Na conferência, foi decidida a criação de uma Comissão Nacional Pró-CUT. As divergências existentes logo se explicitaram a ponto de impedir a unidade sindical. Assim, em agosto de 1983, o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (I Conclat), que reuniu apenas os sindicalistas autênticos e das oposições sindicais, foi realizado sem a presença das confederações, federações e sindicalistas ligados ao PCB, PC do B e MR-8. Nesse congresso foi eleita uma coordenação encarregada da fundação da Central Única dos Trabalhadores.

O I Congresso Nacional da CUT (I Concut) contou com a participação de 5.222 delegados, representando 937 entidades sindicais. Seu aspecto principal foi a definição de um estatuto para a nova central, constituindo-se como um marco no processo de re-

composição política do sindicalismo brasileiro.

O II Concut, realizado em julho de 1986, contou com a participação de 5.181 delegados de 1.014 entidades. Nas suas resoluções se destacam a opção da CUT pelo socialismo e a definição do projeto de nova estrutura sindical da Central.

Em setembro de 1988 o III Concut

deliberou alterações nos estatutos da CUT a fim de conferir à Central uma representatividade sindical cada vez maior. Por outro lado, o III Concut reafirmou uma concepção sindical classista, democrática, de luta e pela base, além de ter aprovado a proposta de contrato coletivo. Foi o maior congresso da entidade, com 6.243 delegados de 1.157 entidades. (CEDI)



isto não ocorre simplesmente devido a um fator conjuntural decorrente de uma política econômica de combate à inflação. Essa regressão econômica tem elementos estruturais, associados à incapacidade da economia brasileira de se inserir na terceira revolução industrial, baseada na microeletrônica, na robótica, na biotecnologia, na química fina, em novos materiais, nas novas formas de gestão do sistema produtivo, enfim, em um novo sistema de produção da riqueza social mundial que é muito desfavorável a uma sociedade como a nossa, porque, definitivamente, mão-de-obra barata e matérias-primas tradicionais perderam as vantagens comparativas que tinham no período anterior.

Por isso, repensar um projeto sindical significa eleger novas dimensões de projeção dos trabalhadores. Isto significa que os trabalhadores têm que ser pensados como assalariados mas, sobretudo, como produtores, consumidores e como cidadãos. Se nós não tivermos uma visão mais ampla do papel dos trabalhadores diante desse novo contexto histórico, e não começarmos a discutir o trabalhador como o produtor da riqueza social e como cidadão, dificilmente nós conseguiremos superar as dificuldades que a CUT e o movimento sindical combativo enfrentam na conjuntura atual.

Requalificar o trabalho. Frente às novas tecnologias, onde o *taylorismo* está sendo substituído pelo *toyotismo*, pelo trabalho de grupo, o trabalho manual típico da linha de produção cada vez mais será superado pelo trabalho intelectual. É uma nova relação entre trabalho manual e trabalho intelectual no processo produtivo. E essa dimensão do trabalho intelectual, ou seja, o saber e o conhecimento como principal fonte de produção da riqueza social, significa, por exemplo, que a

O IV CONGRESSO NACIONAL DA CUT

Em setembro será realizado em São Paulo o IV Concut, que terá a seguinte pauta: balanço político e organizativo; estratégia da CUT; conjuntura e plano de ação; estrutura, organização e Estatuto; e eleição da direção nacional.

Foram apresentadas 16 teses estruturadas em temas, de acordo com a pauta do Congresso. Da análise das teses, destacam-se quatro questões polêmicas.

A primeira diz respeito à participação da CUT em negociações com o governo e patrões. Existem basicamente duas visões: uma defende a participação como forma de garantir os interesses dos trabalhadores e barrar o avanço do projeto conservador do governo; a outra encara essa iniciativa como capitulação da Central, como entrave à mobilização dos trabalhadores.

A segunda questão refere-se à de-

mocracia interna. A dificuldade de lograr unidade frente à diversidade de concepções no interior da CUT tem provocado um fracionamento em suas fileiras, fato explorado pela Força Sindical.

O terceiro ponto de controvérsia refere-se à relação da CUT frente ao sindicalismo internacional. Alguns setores defendem o aprofundamento das relações políticas e orgânicas com centrais internacionais, enquanto outras correntes se opõem à perspectiva da relação orgânica.

Por fim, existe a proposta de formulação de parâmetros para políticas nacionais, no sentido da construção de um projeto alternativo dos trabalhadores. Tal argumento é refutado por outros segmentos cutistas sob a alegação de que esta iniciativa conduz à conciliação de classes, de que se trata da tentativa de administrar a crise do capitalismo. (CEDI)

questão da educação passa a ser uma exigência econômica.

Se não houver uma requalificação da força de trabalho, não haverá como impulsionar a capacitação tecnológica do País frente às novas tecnologias. A reforma profunda no sistema educacional brasileiro tem de ser uma grande bandeira do movimento sindical, pois mão-de-obra barata hoje é cara, e o que interessa é exatamente a possibilidade de produzir saber e conhecimento em nível do processo de produção propriamente dito. A dimensão dos trabalhadores como produtores, produtores de saber e conhecimento aplicado de forma empreendedora no processo produtivo é um dos desafios.

A outra dimensão é a da cidadania, isto é, uma central sindical precisa entender a democracia como a construção do espaço público, onde a participação popular é o próprio alargamento da cidadania. Então, a intervenção política dos trabalhadores, vendo-os como assalariados, produtores e cidadãos, significa

ocupar, por exemplo, as câmaras setoriais de preços, onde estão se dando as negociações da política de renda, e onde os sindicatos deveriam estar fiscalizando as planilhas de custos das empresas, discutindo a questão da margem de lucro, assumindo uma tarefa de controle dos preços e uma política negociada de renda.

Significaria, também, o movimento sindical se envolver com a discussão do programa de competitividade industrial, que hoje é travada numa comissão constituída por 140 grandes empresários do País, divididos em oito subcomissões, onde não há nenhum trabalhador. A grande força da nova industrialização é exatamente uma modernização das relações de trabalho, e se não houver uma intervenção da central sindical na busca de uma paridade no programa de competitividade industrial, discutindo políticas de inovação tecnológica, políticas de preço e de qualidade, política industrial, enfim, se não estiver se assumindo enquanto

produtora da riqueza social, dificilmente o País será capaz de retomar o caminho do desenvolvimento.

Da mesma forma é a intervenção na discussão da política agrícola, de preços, de apoio aos pequenos e médios produtores, de um programa agrário de assentamento das famílias, ou seja, uma intervenção concreta no cotidiano da discussão da política agrícola, que pode impulsionar a produção de alimentos. O Brasil produzia 70 milhões de toneladas de grãos e hoje está produzindo apenas 53 milhões, o que o obriga a importar, este ano, 8 milhões de toneladas. Não haverá controle no custo de vida se não aumentar a produção de alimentos.

A mesma questão se coloca na ausência do movimento sindical na discussão do plano de custeio e benefícios da previdência social. Pensar a previdência social é uma questão fundamental de bem-estar, e o movimento sindical não tem interferido. Isto vale também para a discussão que se vai travar neste segundo semestre sobre o orçamento público da União, onde será decidido para onde irão os recursos públicos, as prioridades de investimento, o volume de investimentos na área de educação, saúde, previdência, saneamento, etc.

Este marco maior de intervenção política positiva, propositiva, alternativa, é o grande desafio do movimento sindical.

Na terceira revolução industrial, mão-de-obra barata e matérias-primas tradicionais perderam as vantagens comparativas que tinham no período anterior. A discussão de um projeto alternativo e a participação afirmativa e propositiva são o grande desafio do movimento sindical

Repensar o projeto sindical. Outra questão fundamental é a articulação do movimento sindical com outros movimentos sociais, onde, por exemplo, a área de saúde e ambiente de trabalho já está se articulando junto ao movimento ecológico. Deveria ser aprofundada, também, a relação com o movimento de mulheres, juventude, minorias, onde poderá ser forjada uma nova aliança histórica.



E, por último, o sindicato não pode se transformar numa associação de privilegiados entre os explorados e oprimidos. Temos uma massa imensa e crescente de pessoas que estão no limiar da sobrevivência cotidiana, que não têm formas mínimas de organização social; cabe ao sindicato pensar políticas de solidariedade social, políticas emergenciais, como é o caso do seguro-desemprego, de programas de frentes de trabalho urbano e de organização dessa massa da população junto a outros atores sociais e políticos para, de fato, permitir que milhões de pessoas tenham acesso a direitos elementares de vida e de cidadania. O sin-

dicato não pode atuar corporativamente, simplesmente naqueles setores mais organizados e que têm alguma capacidade de resistência econômica.

Isso tudo significa afirmar que acabou o tempo de ter o protesto como proposta. É fundamental que o movimento sindical lute e proteste contra a ofensiva neoliberal, que resista à destruição das conquistas sociais e à deterioração das condições de vida. Mas se esse protesto e essa luta de resistência econômica não estiverem definitivamente articulados a um projeto global e alternativo de desenvolvimento da sociedade, diante do atraso e da incapacidade da elite dominante de enfrentar a crise que afeta o Brasil e América Latina, nós não teremos como assegurar condições de vida concretas para as amplas massas da população que estão totalmente marginalizadas e alheias ao processo de desenvolvimento do País.

A discussão de um projeto alternativo e a participação afirmativa e propositiva do movimento sindical na construção desse projeto e de uma nova proposta de governabilidade para o Brasil são o grande desafio da CUT e do movimento sindical. Sem esse avanço, que significa superar a política da negação e do protesto por uma política de afirmação e construção, a partir da disputa da hegemonia, que faça dos interesses dos trabalhadores os interesses de amplas parcelas da sociedade, será difícil o movimento sindical voltar a ocupar o espaço que já teve na vida política do País.

Aloísio Mercadante Oliva é deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT).



NEGOCIAR É PRECISO?

Antonio Luigi Negro

O sindicalismo cutista busca formular projetos que permitam a obtenção de outras conquistas além da luta por emprego e aumentos, alargando o campo de suas reivindicações. O ônus da crise econômica também tem sido jogado na conta dos trabalhadores, acumulando-se as perdas salariais. Será possível que, um eventual crescimento econômico seja alcançado sem que, novamente, os trabalhadores participem de seus benefícios?

Senta ou não senta? O fato de a CUT ter comparecido à mesa de negociações junto ao governo Collor tornou públicas as diferenciações internas referentes à concepção e prática de uma central sindical. Naquela ocasião, dois posicionamentos se defrontaram, polarizando o debate.

O setor majoritário se definiu pela participação da CUT, alegando que isso não contrariava as resoluções tiradas contra o pacto social no seu último congresso nacional. Outros setores recusavam a participação e apostavam na estratégia de confrontação através da greve geral, argumentando que o setor majoritário estava proporcionando a "capitulação" da Central diante do governo, empreendendo, assim, um "retrocesso histórico".

Esse debate volta à carga nas teses do IV Concut no ponto de pauta *Balanço político e organizativo*. Na realidade, ele reflete a intensa polêmica sobre a questão da institucionalização do movimento sindical.

Se há aqueles que entendem o espaço institucional como de disputa entre Estado, partidos políticos, trabalhadores e empresários, há também os que — ao contrário — afirmam a participação institucional como uma ação de legitimação das práticas de dominação.

Mas é aí que se objetiva uma questão fundamental. Em função de sua própria tradição histórica, os sindicatos são instrumentos tanto de organização política da classe trabalhadora quanto de negociação e contratação entre capital e trabalho.

Tal fato não significa, de modo algum, a extinção ou negação do conflito de classes (embora isso, muitas vezes, tenha sido o objetivo do Estado, dos empresários e do sindicalismo colaboracionista). Porém isso implica, em algum mo-

mento, participar de instâncias institucionalizadas de discussão e entendimento sobre condições de salário e de trabalho.

Concretamente, essa questão se coloca hoje para o movimento sindical cutista da seguinte forma: sua direção tem estimulado a discussão sobre a contratação coletiva, mas sabe que a incorporação deste projeto pelos sindicatos é ainda insuficiente.

Por outro lado, em março de 1988, quando o governo Sarney mais uma vez insistia na proposta de pacto social, a CUT, ao não aceitá-la, apresentou sua contraproposta de contrato coletivo nacional. Se o contrato fosse aceito, além da necessidade de sua discussão e massificação enquanto projeto, a sua própria viabilidade estaria colocada em questão.

Resulta então que, caso a CUT continue afirmando a contratação coletiva como um objetivo estratégico (e tal é a tendência delineada a curto e médio prazos), será preciso que ela esteja preparada para negociar, em níveis cada vez mais amplos, direitos econômicos, políticos e sociais.

Tribuna Metalúrgica / Januário F. Silva



AUTOMAÇÃO E DESEMPREGO

Naturalmente, isso implica a atuação institucional, visto que os sindicatos e a Central serão os condutores deste processo, gabaritando-se como representantes e interlocutores do conjunto (ou de setores) da classe trabalhadora.

Quer dizer, a conquista do contrato coletivo necessita do reforço da estrutura sindical cutista. E mais: essa estrutura também precisa do contrato coletivo para se consolidar, uma vez que a unificação das reivindicações e das lutas é a base concreta para a estruturação dos sindicatos segundo o seu ramo de atividade econômica — fato este pretendido, mas não implantado, pela CUT.

Mas não se trata apenas de a CUT projetar sua predominância no cenário sindical através do reforço de sua representatividade e de sua estrutura de organização, deixando de ser *referência* para ser *direção* da classe trabalhadora. Também se trata de uma busca por respostas aos desafios colocados pela conjuntura econômica.

Frustração, estagnação e recessão. Nossa transição política que, para alguns, acabou nas eleições presidenciais de 1989 (momento em que o País retomou o Estado de Direito) não resultou em ganhos ou benefícios sociais para amplos setores da população. As medidas de liberalização democrática não se traduziram em resultados palpáveis para aqueles que, durante a ditadura, fizeram o bolo crescer sem experimentar seus pedaços. Pelo contrário, ao lado da miséria da imensa maioria, acumulam-se as decepções e o descrédito com as instituições públicas e políticas.

Por outro lado, a conjuntura mundial tem apontado para a exclusão do Terceiro Mundo de uma mal definida *modernidade*. Sabemos todos, porém, que isto significa ficar à margem do melhor que o desenvolvimento econômico-social do mundo desenvolvido apresenta.

A maior fábrica do ABC paulista, a Volkswagen, já empregou 45 mil trabalhadores. Hoje ela opera com 26 mil. Sindicato e Comissão de Fábrica apontam para a tendência de uma redução para apenas 15 mil.

O que está em jogo não é só a introdução de robôs, computadores, máquinas automatizadas e outras formas de gerência da mão-de-obra (células de produção, Círculo de Controle de Qualidade — CCQ). Está em jogo um novo modo de gerir a produção.

O Sindicato e a Comissão reclamam que a empresa se nega a negociar mecanismos de proteção dos salários, manter as cláusulas sociais e assegurar a mão-de-obra sem demissões.

Além dessa luta de resistência, é pleiteada formação profissional para a mão-de-obra atingida por setores automatizados, reciclando-a.

O Sindicato e a Comissão expli-

cam que esse processo de mudanças na gestão da produção tem levado à redução dos custos, ao rebaixamento salarial, à desvalorização profissional e à intensificação do ritmo de trabalho.

Enquanto isso, o preço dos veículos sobe sempre, a produtividade aumenta, a partir de sugestões extraídas do saber dos operários através do CCQ, e as células de produção alteram a usual proporção de um operário para uma máquina, aumentando o número de máquinas para cada trabalhador.

As greves no início do ano na Autolatina sustaram a arbitrariedade das 5 mil demissões anunciadas. Todavia, a Autolatina argumenta hoje que a evasão foi excessiva e que, dadas as despesas, a recontratação está em compasso de espera. Nesse meio tempo, a produção é intensificada. (CEDI)

A conjuntura evidencia, então, um estrangulamento. Para a CUT, é preciso, portanto, buscar o contrato coletivo nacional para que as relações entre capital e trabalho concretizem velhas (e necessárias) reivindicações: estabilidade no emprego, jornada semanal de 40 horas, cláusulas sociais, aumentos salariais, etc.

A longo prazo, esse projeto implica fazer da CUT um ator participante e interventor na gestão do modelo de desenvolvimento econômico e social. Um sindicalismo que negocia empregos e salários através de um contrato coletivo adquiere poder de decisão nas opções de desenvolvimento.

Pode até parecer, mas isso não é nada abstrato ou excessivamente teórico. O caso do ABC paulista mostra a relevância dessa estratégia. A recessão de 1981 a 1983 reduziu o contingente metalúrgico de 240 para 160 mil trabalhadores. Se computarmos as famílias e o mercado de trabalho indireto, o quadro será bem pior. A saída, para muitos, foi o subemprego, a economia informal.

O que dizer, hoje, da queda de

Se há aqueles que entendem o espaço institucional como de disputa entre Estado, partidos políticos, trabalhadores e empresários, há também os que — ao contrário — afirmam a participação institucional como uma ação de legitimação das práticas de dominação

6,87% do PIB, por um lado, e da introdução das novas tecnologias, por outro? O Brasil, ao invés de se caracterizar por bolsões de pobreza, passa a apresentar apenas bolsinhas de riqueza... O ABC não escapou disso. O salário médio e o salário real despencaram vertiginosamente. Em março de 1989, os salários valiam 58% do que eram em 1964, e 38,7% do seu valor em 1982.

Além disso, em entrevista de Jacy Mendonça, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotivos (Anfavea), à Folha de São Paulo (31/5/91), desenha-se um cenário preocupante. Depois de concordar que a indústria automobilística vive seu "pior momento", Mendonça afirmou que "o investidor internacional tem o mundo à disposição dele. Ele não

EMPOBRECIMENTO DOS TRABALHADORES

O Brasil tem enfrentado, desde o início do último decênio, sua pior fase econômica deste século. Os anos de 1980 acumularam uma queda do PIB *per capita* de 5,5% negativos. Com o governo Collor a deterioração avança radicalmente, e o PIB total registra uma queda de 6,87% entre abril de 1990 e março de 1991.

Esse mau desempenho, associado a altas taxas inflacionárias, afetaram negativamente as condições básicas de vida da população trabalhadora. Em março de 1991, somente na Grande São Paulo, contavam-se 1,032 milhão de trabalhadores desempregados.

O Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) está concluindo estudo inédito, envolvendo 51 categorias em todo o País. O trabalho aponta que o poder aquisitivo atual varia de apenas 22% a, no máximo, 70% daquele existente em março de 1990. Outros cálculos mostram que o valor real do salário mínimo está em queda livre desde que foi criado, em 1940 (ver tabela). Para o Dieese, o valor mínimo para atender as necessidades básicas de uma família (casal e dois filhos) deveria ser, em maio,

Cr\$ 127.683,00 — 452% maior que o vigente naquele mês.

Salário mínimo em São Paulo

Datas dos principais reajustes	Valores em Cr\$ de maio de 1991
julho 1940	74.467,47
janeiro 1959	107.292,74
março 1965	70.907,92
maio 1970	51.538,94
maio 1980	49.163,42
abril 1990	19.279,63
dezembro 1990	16.414,06
maio 1991	23.131,68

Fonte: Dieese
(Base: julho de 1940 = 100)

Fatia do salário na renda nacional cai a 35%

Período	Participação dos salários na renda nacional
1970-1979	52,0% a 50,3%
1980-1982	50,0% a 51,2%
1983-1984	48,7% a 46,7%
1985-1991	38,0% (1988) a menos de 35% em 1991 (*)

(*) Estimativa do Dieese
Fonte: Dieese

Em função de sua própria tradição histórica, os sindicatos são instrumentos tanto de organização política da classe trabalhadora quanto de negociação e contratação entre capital e trabalho

tem nenhuma razão para dar prioridade especial para o Brasil. O que ele busca é rentabilidade e segurança. O Brasil hoje não apresenta essas características”.

Empresários, é certo, costumam chorar muito para manter seus negócios. Mas as recentes atitudes de desativação da fábrica Ford Tratores e do setor de produção de câmbios na Mercedes não seriam sinais de desmonte ou reconversão do parque industrial do ABC?

Ao mesmo tempo, a retomada, no mês de junho, da produção das

indústrias automobilísticas (um crescimento de 17,8%) sem recontração da mão-de-obra indica que as empresas controlam o volume de produção tanto através das horas extras quanto do controle do ritmo de trabalho, ditando a velocidade das linhas de montagem.

Em ambos os casos, quem sai perdendo é o operário. No caso das horas extras, sua força de trabalho é dilapidada, e no caso de aumento do ritmo da produção ele trabalha mais para ganhar o mesmo salário.

A investida dos empresários, contudo, vai mais além. No 1º Encontro Nacional de Salários, Domício dos Santos, gerente executivo da Autolatina, afirmou que as montadoras de veículos pretendem reduzir os salários sempre que a produção registrar quedas.

Todo este quadro de crise econômica, arrocho salarial e redefinição industrial incide sobre o sindicalismo cutista. Fiquemos, mais uma vez, com o caso particular do ABC. Nessa região, uma conseqüente perda de ofensividade reivindicatória e um efeito desarticulador nas organizações dos metalúrgicos só não foram maiores porque em 1990 foi forjada uma *nova tática de greve* (a greve estratégica) e, além disso, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema saiu, desde há muito, da fase de negação da automação para a fase de negociação da automação.

Desse modo, o contrato coletivo é advogado como urgente e necessário para se democratizar e modernizar as relações de trabalho, fortalecer a organização dos trabalhadores, garantir direitos e conquistar outros, aliando à luta por melhores salários a tentativa de obter algum controle sobre o processo de trabalho e a política industrial das empresas.

A redução da jornada de trabalho pode ser, por exemplo, um mecanismo de criação de emprego. Já a participação dos trabalhadores na introdução de novas máquinas e no redimensionamento do processo produtivo pode resultar na defesa da qualificação do trabalho, acarretando a valorização da mão-de-obra e, por conseguinte, contribuindo para sua estabilidade no emprego.

O contrato coletivo possibilitaria ao sindicalismo intervir e controlar as opções de desenvolvimento, contornando demissões e desemprego. Isso não exclui, de modo algum, a combatividade sindical.

Desafios. À CUT tem-se colocado a questão de como redistribuir a renda e retomar o crescimento nos anos de 1990. Para o equacionamento desse problema, ela aposta na construção de uma estrutura sindical própria e, ao mesmo tempo, na prática da contratação coletiva.

Para tal, a CUT sempre frisou a organização no local de trabalho como objetivo estratégico. Contudo, enquanto ela se defronta com o corporativismo (que dificulta a articulação das lutas), a maioria de seus sindicatos não consegue se fazer presente nas empresas. É mais comum o sindicalismo de porta de fábrica do que o sindicato organicamente presente no local de trabalho. Para além de uma questão de estrutura, o que está em jogo é a renovação da prática sindical.

A permanente dificuldade de organização no local de trabalho impede que formas de participação, reivindicação e ação articulem demandas presentes desde o nível da produção até a esfera do consumo, da reprodução e da cidadania dos trabalhadores.

Na questão das novas tecnologias e novas formas de gerência da mão-de-obra, esse problema fica bem claro. Seu objetivo, que se expressa nas mais diversas experiências, é aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos através da participação e do envolvimento do trabalhador. Ao mesmo tempo, visa atacar ou flexibilizar direitos conquistados. E, por fim, disputa

com a organização sindical a mobilização dos trabalhadores.

É bastante improvável que uma postura de mera resistência e negação dessa nova realidade impeça sua execução pelas empresas. Pelo contrário, embora lenta e seletiva, verifica-se sua introdução. E, pior, as novas tecnologias entraram pela porta dos fundos da recessão de 1981 e se consolidam com a recessão atual, aumentando seu poder de fogo contra os direitos dos trabalhadores.

A organização no local de trabalho e a contratação coletiva permitem, de uma parte, a negociação da garantia do emprego, a manutenção de direitos, a liberdade de organização sindical. De outra parte, permitem tanto a defesa da qualificação profissional quanto a extinção de tarefas pesadas, inseguras, monótonas e insalubres.

O estabelecimento de direitos mínimos e gerais impede que a conta da crise econômica seja sempre jogada em cima dos trabalhadores, garantindo-lhes uma pata-mor básica de direitos para a manutenção de sua qualidade de vida e da dignidade do trabalho.

O emperramento na organização de base dificulta a mobilização dos

Parece impossível a conquista de direitos por parte dos trabalhadores sem que haja cidadania e seu correspondente usufruto. Mas é certo também que a conquista de direitos estende a cidadania a milhares de trabalhadores. O contrato coletivo é, portanto, uma peça importante na definição da composição política da classe trabalhadora

trabalhadores, e cria problemas para a conquista do contrato coletivo. Não cabe, todavia, afirmar que o contrato não será atingido por causa disso, porque ele próprio é peça fundamental para essa organização de base.

Na medida em que forem definidos direitos mínimos e gerais, movimentos por empresa poderão aprofundar as conquistas, valendo-se de organizações por local de trabalho. Assim, não se trata de ficar insistindo na tecla *ausência de comissões de fábrica* como artifício de crítica ao movimento sindical. Cabe, isto sim, reconhecer que estamos diante de um processo político cujo desenrolar depende em grande parte do próprio sindicalismo mas também das leis e do patronato.

Do mesmo modo, parece impossível a conquista de direitos por parte dos trabalhadores sem que haja cidadania e seu correspondente usufruto. Mas é certo também que a conquista de direitos estende a cidadania a milhares de trabalhadores. O contrato coletivo é, portanto, uma peça importante na definição da composição política da classe trabalhadora.

São desafios que se entrelaçam: unir o imediato ao estratégico, romper o isolamento ao articular as lutas e os sindicatos, construir uma nova concepção e prática sindicais a partir da realidade existente. São desafios que se completam na tarefa de constituir um sindicalismo que se pretende autônomo, democrático e de massas.

Tribuna Metalúrgica / Januário F. Silva



Antonio Luigi Negro é assessor do Programa Memória e Acompanhamento Operário/CEDI e mestrando em História Social do Trabalho na Universidade de Campinas (Unicamp).

DISPUTA SINDICAL NO CAMPO: QUEM FICA COM A CONTAG?

José Roberto Pereira Novaes

O Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR-CUT) avaliou e decidiu disputar a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag), em congresso a se realizar em novembro deste ano. Nesta situação, explicitam-se os impasses e os desafios na construção de um novo sindicalismo

O Partido Comunista, a Ação Popular e os grupos cristãos que militavam nas federações e sindicatos no início da década de 1960 criaram uma entidade nacional para encaminhar e articular as lutas localizadas dos trabalhadores rurais. A Contag foi fundada em 1963 numa conjuntura de ascenso das lutas sociais.

Em janeiro de 1964, a Contag foi reconhecida pelo governo, mas em março do mesmo ano já sofria intervenção militar, que desarticulou a organização dos trabalhadores rurais. Muitos líderes foram cassados, afastados, torturados, mortos, e dirigentes foram substituídos por interventores. Em 1968, ainda que sob rígido controle, foram realizadas eleições para a direção da Contag, e José Francisco da Silva tornou-se presidente, encabeçando uma chapa articulada principalmente por integrantes do Nordeste.

Tendo como referência o Estatuto da Terra e a Previdência Social — Funrural —, o trabalho da diretoria da Contag concentrou-se na preparação dos dirigentes sindicais, no aprimoramento do conhecimento sobre os direitos e na construção de uma unidade de ação através da maior integração entre sindicatos/federações/Contag.

Durante o regime militar, a Contag passou a ser referência para os trabalhadores rurais, mesmo com sua ação circunscrita a denúncias do desres-

peito às leis no campo junto às autoridades. Nesse período, a Contag era o único canal de interlocução do movimento com o Estado.

Na segunda metade da década de 1970, um grande número de lutas de resistência na terra explode no campo, ganhando visibilidade na sociedade. Este processo, impulsionado pelos setores da Igreja Católica, refletiu-se diretamente no interior do movimento sindical, principalmente na sua relação com o Estado, à medida que se avolumavam no campo os conflitos de terra decorrentes da resistência organizada dos trabalhadores.

Nesse processo surgiram novos dirigentes que, articulados com lideranças das oposições sindicais, ampliaram seu poder de representação no interior do movimento sindical. Constituindo-se em significativas forças políticas, no início da década de 1980, tornaram-se a referência para a implantação e consolidação da CUT no campo.

Intervindo articuladamente no interior do movimento sindical, este grupo contribuiu para o avanço das propostas, no III Congresso da Contag (1979). As diretrizes aprovadas naquele congresso definiram como eixo de intervenção a mobilização dos trabalhadores como forma de conquistar e ampliar suas reivindicações coletivas. Estas diretrizes, quando colocadas em prática pelo movimento sindical, resulta-

ram em expressivas conquistas, tanto no plano econômico quanto no organizativo, como foi o caso das campanhas salariais dos trabalhadores canavieiros do Nordeste e a participação dos sindicatos na problemática da seca.

Nas regiões onde os dirigentes sindicais eram mais comprometidos com as propostas aprovadas no III Congresso, o movimento sindical conseguiu organizar e mobilizar os trabalhadores. Mas o descompromisso de um grande número de dirigentes com a organização da categoria manteve os sindicatos à margem deste processo de mobilização, tornando mais difíceis as condições para a Contag se reproduzir como porta-voz exclusiva dos trabalhadores junto às autoridades.

NOVAS ARTICULAÇÕES NACIONAIS

Nos eventos nacionais realizados para impulsionar a criação de uma central sindical, no início da década de 1980, a Contag esteve no centro das articulações políticas (no Conclat e na comissão nacional pró-criação da CUT). Porém nesse processo a Contag acabou se alinhando a os setores mais "atrasados" do movimento sindical. Na fundação da CUT, em 1983, a Contag esteve ausente, mas foi expressiva a participação de sindicalistas rurais.

A concepção de organização sindical que fundamentava a interven-

ção dos dirigentes mais expressivos da Contag e o peso político dos dirigentes mais reacionários no interior do movimento sindical refletiam diretamente na capacidade de mediação dos conflitos, realizada pela Contag junto às autoridades constituídas. As forças aglutinadas no campo da CUT começaram a desempenhar o papel de mediadores dos conflitos nas comissões formadas para negociar direta-

capacidade organizativa como interlocutor das questões relacionadas à desapropriação de terra e a políticas de assentamento.

Em 1986, no II Concut, foi aprovada a implantação da Secretaria dos Trabalhadores Rurais, no interior da CUT, fazendo emergir mais uma entidade que pretendia ser legitimada como representação das lutas dos rurais em nível nacional. No III Concut — 1988 — os traba-

rior do Conselho de Representantes da Contag precipitou uma votação cujo conteúdo alterava substancialmente as resoluções aprovadas no IV Congresso, principalmente nas normas que regulamentavam a eleição para a nova diretoria da Contag, que deveria ser realizada em congresso.

Neste contexto de disputas entre concepções e práticas organizativas, as eleições para a nova direto-



J. R. Ripper

Manifestação pela reforma agrária durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (Brasília, 1987)

mente com as autoridades locais e nacionais.

Nos primeiros meses de governo da Nova República, foi realizado o IV Congresso da Contag onde foram apresentadas e aprovadas propostas cujas diretrizes apontavam para a intensificação da mobilização dos trabalhadores no campo e a democratização das instâncias do movimento sindical. As ocupações de terras, de órgãos públicos e os acampamentos foram organizados pelos sem-terra e a CUT, com apoio da CPT. A Contag e setores do movimento sindical não conseguiam inserir-se nestas lutas e trazer para si a mediação destes conflitos junto ao Estado.

Em 1985, o Movimento Sem-Terra realizou seu I Congresso Nacional, legitimando-se pela sua

lhadores rurais da CUT conseguiram aprovar a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), ampliando sua autonomia financeira e administrativa no interior da Central.

A disputa pela representação nacional começou a ganhar novos contornos quando os sindicalistas alinhados à CUT começaram a conquistar algumas federações, dando-lhes o direito de participação no conselho de representantes da Contag, e também quando partidos políticos como o PC do B e o PCB deixaram de se alinhar às forças mais “moderadas” do movimento sindical e passaram a desenvolver suas ações no campo da CUT.

A perspectiva de alteração na correlação de força política no inte-

A Contag, que durante o regime militar denunciou o desrespeito às leis, foi uma referência nacional para os trabalhadores rurais

ria da Contag foram realizadas através de urnas colocadas nas federações, sem a participação dos sindicalistas cutistas, que através de documentos denunciaram nacionalmente a ilegitimidade deste processo, que desrespeitava o próprio Congresso da Contag de 1985.

Este procedimento colocou novas questões para os dirigentes cutistas: estariam ou não esgotadas todas as possibilidades de construção do projeto da CUT por dentro da estrutura sindical tradicional? Deveria a proposta sindical da

CUT ser construída paralelamente à estrutura sindical vigente?

RESOLUÇÕES DO DNTR-CUT

Neste contexto foi realizado o I Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR-CUT), em maio de 1990, na cidade de São Paulo, para aprovação do programa de intervenção da CUT na área rural.

Uma das questões mais polêmicas desse Congresso relacionava-se à estrutura e organização sindical, mesmo

paço para construir nosso projeto organizativo... A decisão de construir a nova estrutura por dentro da velha deve estar relacionada com a concepção de destruí-la para construir nossa proposta”.

Esta resolução deixava indefinições e dúvidas sobre as possibilidades de construção do projeto da CUT por dentro da estrutura sindical antiga. Vivia-se no congresso o impacto das resoluções do Conselho de Representantes da Contag. Colocava-se ainda a necessidade de deci-

Esta resolução, em decorrência de sua complexidade face às experiências diferenciadas nos estados, requeria maior aprofundamento e debate no interior da CUT, mesmo porque foram aprovadas no congresso maior flexibilidade nas estruturas de organização e rigidez nos princípios cutistas.

O debate sobre a posição aprovada no congresso em relação à participação da CUT no V Congresso foi retomada na reunião da executiva do DNTR, realizada nos dias 25 a 27 de maio de 1990. Alguns dirigentes acharam precipitada a aprovação, pelo Congresso do DNTR, da não-participação da CUT no V Congresso da Contag, alegando ter sido insuficiente o tempo para discussão. Estas questões evidenciam as diferentes interpretações no interior da Central. A discussão não ficava circunscrita à esfera da direção da executiva, mas espalhava-se pelas mais longínquas regiões do País, sensibilizando trabalhadores e dirigentes sindicais.

Em reunião da executiva do DNTR, realizada na Praia Grande, a questão voltou a ser polemizada. Na realidade, a proposta que a executiva do DNTR estava encaminhando naquela oportunidade implicava a construção do DNTR, passando por fora da estrutura sindical, interpretação que não estava em desacordo com as resoluções do Congresso do DNTR. Por esta interpretação da executiva, tornava-se urgente: concentrar esforços na construção dos DETRs; orientar para a desfiliação das federações; e não disputar as eleições da Contag, mesmo que esta se democratizasse.

Naquela oportunidade, foi aprovado o encaminhamento de uma reunião (11 a 13 de janeiro, em Salvador), para que os sindicalistas cutistas que participam das federações e departamentos discutissem as questões acima apontadas, a partir de reflexões prévias em nível local.

Audiência de dirigentes da CUT, Contag, MST e CPT com o ex-ministro do Mirad, Jader Barbalho (Brasília, 1987)



J. R. Ripper

Nos anos 80 novas articulações sindicais e movimentos sociais quebraram o monopólio da representação da Contag

porque várias experiências de nova organização sindical já estavam sendo postas em prática em diferentes regiões do Brasil (sindicatos por produto, desmunicipalização dos sindicatos, federação de assalariados, secretarias no sindicato único, etc.) pelos sindicalistas cutistas.

Em relação às questões da organização sindical no campo, o Congresso do DNTR aprovou que:

“Nossa participação nas instâncias das federações e Confederação somente adquirem sentido quando se trata de utilizar esse es-

dir sobre a participação da CUT no V Congresso da Contag, previsto para o segundo semestre de 1990.

Naquela oportunidade, os participantes do congresso entenderam que as medidas aprovadas pelo Conselho da Contag inviabilizavam a participação da CUT no V Congresso e aprovaram o seguinte posicionamento:

“As federações, sindicatos e oposições filiadas à CUT não devem participar do V Congresso dos Trabalhadores Rurais por entender que foram desrespeitadas as resoluções do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (Brasília, 1985) que previam um processo de democratização da entidade (reformulação dos estatutos, realização de eleições para sua diretoria em congresso, etc.).”

NOVA CONFIGURAÇÃO, MUDANÇA DE AVALIAÇÃO

A aprovação da proposta de não-participação do DNTR no V Congresso refletiu-se diretamente no conselho e na direção da Contag. Assim, o V Congresso foi adiado, alegando-se dificuldades financeiras. Na realidade, a decisão da CUT de não participar colocou para os dirigentes da Contag incertezas sobre a representatividade do evento.

O encontro de dirigentes cutistas, com a participação de representantes de federações, departamentos estaduais e representantes de outras forças políticas, realizado em janeiro de 1991 em Salvador, avaliou o desenrolar dos acontecimentos e decidiu explorar todas as possibilidades de atuação no interior do conselho da Contag no sentido de ampliar a discussão preparatória sobre o V Congresso. Assim, reabrem-se os espaços políticos para o desenvolvimento de um trabalho dos dirigentes cutistas no interior do Conselho, visando à democratização da Contag e à recuperação das resoluções aprovadas no IV Congresso.

Na reunião do Conselho da Contag, realizada em abril de 1991, começaram a surgir concretamente os primeiros sinais de intenção de democratização da Contag, com a aprovação das seguintes medidas regulamentadoras do V Congresso:

- que o Congresso passe a ser a instância máxima de decisão da Contag;
- que a eleição da nova diretoria seja realizada no Congresso;
- que serão indicados para o Congresso um delegado por sindicato e dois para aqueles cujo número de sócios ultrapasse 500;
- que serão reformulados os estatutos, democratizando a estrutura da Contag;
- que a nova diretoria da Contag terá uma nova composição de cargos: presidente, secretário geral, tesoureiro, secretário por área específica de atuação.

A aprovação destes pontos retira as condicionantes que inviabilizavam a participação da CUT no V Congresso da Contag (cf: Resoluções do Congresso DNTR-CUT, 1990). Assim, a participação do DNTR passou a depender exclusivamente de uma avaliação política por parte de seus dirigentes.

A partir deste encaminhamento é que a executiva do DNTR, em reunião realizada em 11 a 13 de abril de 1991, resolveu encaminhar o indicativo de participação no V Congresso da Contag, a ser realizado em novembro de 1991.

O DNTR, em reunião realizada nos dias 11 a 14 de abril de 1991, decidiu encaminhar para as instâncias horizontais e de base um indicativo de participação no V Congresso da Contag.

Os representantes dos DETRs (Acre, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo) discutiriam este indicativo nos seus estados. Naquela oportunidade também estavam presentes as federações da Bahia, Minas Gerais, Piauí, e foi constituída uma comissão para impulsionar este debate no interior da CUT.

Ficou definido que a decisão final seria tomada numa reunião ampliada da CUT nacional, agendada para 27/28 de abril de 1991, da qual deveriam participar pelo DNTR os sindicalistas que já participam da executiva nacional e mais representantes dos seguintes estados: Piauí, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Sul, Goiás, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo e Bahia. O indicativo do DNTR em participar do V Congresso da Contag foi aprovado naquele fórum com 122 votos a favor, 1 contra e 4 abstenções.

Aprovada a participação do DNTR no V Congresso da Contag, os dirigentes cutistas não pretendem disputar aparelho nem se perder em

encaminhamentos burocráticos. Entendem este espaço como:

- propício para se disputar hegemonia política, pois a estrutura da Contag permite atingir ampla parcela de trabalhadores rurais, inatingíveis neste momento pelo DNTR;
- oportuno para fazer avançar o processo de democratização das instâncias da Contag, embora tenham consciência, a partir de experiências acumuladas neste processo, de que estas condições ainda não estão garantidas, mas que vale a pena lutar por elas;
- adequado para debater em cada sindicato e federação questões relacionadas às novas formas de organização sindical, a prática sindical, a liberdade, autonomia e a democracia sindical e retomarmos a construção do projeto estratégico da implantação da CUT no campo.

REAVALIAR PARA AVANÇAR

Resta saber quais as forças sociais que se encarregarão de redirecionar a Contag nos anos de 1990. Com esta Confederação se receberá um legado positivo: ter-se constituído em referência nacional nos difíceis anos de 1960 e 1970. Também se receberão todos os vícios da burocracia de um sindicalismo atrelado.

Disputar esta herança com outras correntes, entre elas com a recém-criada Força Sindical, é no entanto, a meu ver, dever histórico do DNTR-CUT. Está em jogo a possibilidade de tornar o sindicalismo no campo mais combativo e participativo para o melhor encaminhamento de lutas concretas.

Para tornar-se direção das lutas no campo, o DNTR-CUT não pode se furtar de permanentemente avaliar conjunturas e reavaliar seus encaminhamentos. Afinal, se os princípios e objetivos são fixos, a realidade se move...

José Roberto Pereira Novaes é economista (FEA/UFRJ) e assessor do Programa Movimento Camponês/Igrejas, do CEDl.

J. R. Ripper



A discussão sobre meio ambiente revestiu-se de um caráter especial para os trabalhadores porque as atividades que transformam ou destroem a natureza estão quase sempre relacionadas com o trabalho. Busca-se a construção de uma nova sociedade onde o trabalho se harmonize com a natureza e não sirva à fúria consumista ou à lógica irresponsável do mercado

OS TRABALHADORES E O MEIO AMBIENTE

Maurício Broinizi Pereira

O Brasil, assim como tantos outros países do Terceiro Mundo, sofre atualmente inúmeros problemas relacionados à degradação do meio ambiente, apresentando um elevado índice de destruição da natureza e um crescente agravamento da já precária qualidade de vida da maior parte de sua população. Apesar de os problemas ambientais brasileiros estarem hoje relacionados a um complexo quadro de crise geral, eles sempre foram ignorados em todas as etapas de nosso desenvolvimento econômico.

A relação desenvolvimento/meio ambiente se inscreve hoje num marco histórico fundamental, ou seja, o do tratamento político-so-

cial, multidisciplinar e de crescente sensibilização em escala planetária. A tal ponto que já não é mais possível conceber a economia sem a ecologia, planejar o desenvolvimento sem uma avaliação profunda dos recursos naturais e dos impactos ambientais, assim como a própria continuidade da espécie humana já não pode ser imaginada sem que se recorra aos novos paradigmas de que o pensamento e o movimento ecológico são portadores.

Para os trabalhadores, esta discussão revestiu-se de um caráter bastante especial, principalmente porque o trabalho sempre foi definido como a atividade humana capaz de trans-

formar e/ou dominar a natureza, ou seja, o meio pelo qual o ser humano promove o desenvolvimento e produz riquezas. Por outro lado, o trabalho também é considerado importante fator de reprodução do ciclo vital, da reposição da espécie e da condição de sobrevivência dos mais de cinco bilhões de seres humanos que habitam o planeta.

Neste sentido, podemos dizer que a ação/papel do trabalho encontra-se, hoje, numa encruzilhada, pois, ao mesmo tempo em que lhe atribuímos nossa condição de existência no presente, poderemos estar também comprometendo o nosso futuro ou o das próximas gerações se não formos capazes de requalificar o seu papel e sua relação com a natureza.

Não se pode negar que em quase toda atividade que transforma/destroói a natureza ou impacta o meio ambiente é empregada a força de trabalho. Assim como também não podemos falar do trabalho em geral sem deixar de circunscrevê-lo dentro de um determinado modelo de desenvolvimento, hegemonizado pela "sociedade industrial".

Esse modelo de desenvolvimento, antes de ser caracterizado como "capitalista" ou "socialista", é constituído por uma certa racionalidade e, ao mesmo tempo, por uma certa crença, que vai da incessante busca de maior "eficácia" na organização da produção, para garantir uma sempre crescente produtividade, até a fé cega no "progresso", no poder da técnica.

Assim, esse modelo de desenvolvimento vem mobilizando e se utilizando de todos os recursos disponíveis, sejam humanos ou naturais, sob a bênção do "progresso técnico" e de uma lógica produtivista, para servir tanto ao sistema capitalista e à sua sede por lucros e acumulação de riquezas, como para servir de ponto de partida para uma sociedade socialista que alcançaria um "desenvolvimento ilimitado das forças produtivas".

Neste sentido, o próprio ser humano acabou por se transformar

num meio de produção, e sua força de trabalho, na maior parte do mundo, em mera mercadoria, enquanto se via na natureza uma fonte inesgotável de recursos e um depósito permanente de dejetos de todos os tipos. Assim se constituíram o trabalho explorado, oprimido e alienado de si mesmo e da sua relação com a natureza, e um meio ambiente totalmente depredado, cuja síntese indica para a tragédia ecossocial em que vive grande parte da humanidade.

Ampliando a perspectiva. São as populações mais pobres, desde o seu lugar de trabalho até o de moradia, as mais afetadas pelas péssimas condições ambientais a que principalmente o Terceiro Mundo está submetido. Sob este foco, colocam-se para os trabalhadores o questionamento e a luta pela superação das atividades insalubres no local de trabalho e daquelas que causam impactos negativos na população e no meio ambiente.

Os trabalhadores, mais do que nunca, ocupam um lugar estratégico para construir uma nova relação ser humano/natureza e requalificar o papel do trabalho. As questões que se colocam são: o que produzir, como produzir e para quem produzir.

A luta econômica e social, desde os locais de trabalho, até as mais amplas e que envolvem maiores parcelas da sociedade, necessita de uma perspectiva política que englobe as mudanças nas relações de poder, gestão, mentalidade e ética e que incorpore a dimensão ecológica com profundidade. Para isso, é necessário que o movimento sindical processe uma ruptura com o economicismo e o corporativismo que predominam em sua prática.

Apesar de todas as dificuldades, conjunturais e estruturais, as organizações sindicais são os principais instrumentos capazes de sintetizar as experiências e conhecimentos parciais que têm os trabalhadores para

a formulação de novas alternativas de desenvolvimento. Já começam a surgir, inclusive no seio das classes dominantes, várias iniciativas que se proliferam em nome de um “desenvolvimento sustentável”. Sustentar o quê? Um modo de produção que tentará desenvolver uma ação menos predatória com o que resta da natureza e manter as velhas relações de poder, de classe e de dominação cultural, étnica e racial?

Não haverá desenvolvimento ecologicamente sustentável sem que haja profundas transformações

buscam uma alternativa de desenvolvimento e civilização.

Um novo paradigma de civilização terá que contemplar a diversidade num projeto de sociedade plural, de convivência multiétnica, pluricultural e de igualdade de oportunidades de acesso ao bem-estar social e individual, cujo profundo respeito às leis da natureza seja reumanizado, e onde o trabalho se harmonize com a natureza para a realização humana, e não para servir à fúria consumista ou à lógica irresponsável do mercado.

A CUT NA LUTA ECOLÓGICA

No mês de abril, a CUT criou a sua Comissão Nacional de Meio Ambiente (CNMA) — de caráter permanente — para construir uma ação sistemática nas questões relativas ao meio ambiente e desenvolvimento. Além disso, a CUT participa da coordenação executiva do Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais (ONGs), preparatório para a Conferência da Sociedade Civil Planetária sobre Meio e Ambiente e Desenvolvimento, que ocorrerá em junho de 1992 no Rio de Janeiro.

Durante a conferência, a CUT pretende realizar um encontro sindical internacional para que o movimento sindical dos vários continentes possa conjunta-

mente participar da elaboração de propostas de desenvolvimento, além de se colocar criticamente diante dos acordos que os governos de vários países deverão assinar durante a conferência oficial promovida pela ONU.

Estes fatos ampliam o campo de atuação da CUT, pois o Fórum de ONGs redigirá um relatório com propostas de desenvolvimento a ser apresentado na conferência. De outra parte, eles fortalecem a dimensão ecológica na concepção e prática da Central, permitindo-lhe oferecer respostas aos desafios que as conjunturas nacional e internacional colocam para os trabalhadores.

Fonte: CEDI

estruturais, onde se modifiquem radicalmente, entre outras coisas, o atual padrão de consumo dos países do Norte e a atual concentração de renda, riqueza, poder e conhecimento em nível nacional e internacional.

Neste momento em que os modelos de sociedade que habitavam o imaginário revolucionário se encontram bastante questionados, é também o principal momento para se liberar o potencial criativo dos povos e das etnias que perseguem a liberdade, a justiça social e um mundo melhor, procurando impulsionar uma nova política de alianças entre os vários setores que

Experiências inovadoras. Ainda não são muitas as experiências de luta sindical com perspectiva ecológica que estão documentadas, mas já se pode afirmar que elas vêm crescendo sistematicamente. O exemplo mais conhecido é o dos trabalhadores extrativistas das florestas, principalmente os seringueiros, que sob a liderança de Chico Mendes souberam constituir a Aliança dos Povos da Floresta, incluindo as populações indígenas, para defender o meio ambiente onde vivem e trabalham.

Este mesmo raciocínio pode ser aplicado para a experiência dos trabalhadores da Petroquímica

Os trabalhadores, mais do que nunca, ocupam lugar estratégico para construir uma nova relação ser humano/natureza e requalificar o papel do trabalho

União (refinaria de petróleo), localizada em Santo André, na região da Grande São Paulo.

A ação dos trabalhadores nasceu em 1988, com a formação da subcomissão de meio ambiente no interior da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), através de pressões junto à direção da empresa para solucionar problemas internos da fábrica, tais como drenagem de produtos tóxicos, e outros relacionados à saúde e ambiente no local do trabalho. Com o passar do tempo, essa luta evoluiu da preocupação

inaugurou um econômico sistema de reciclagem industrial.

Outro problema sério na empresa eram os constantes vazamentos de gases tóxicos de suas tubulações. A subcomissão de meio ambiente dos trabalhadores passou a efetuar um rigoroso controle, exigindo da empresa uma série de modificações em todo o sistema para solucionar o problema, que hoje já está 100% controlado. A atuação da subcomissão se generalizou para todos os setores da empresa, resultando em várias con-

strução da usina, o movimento popular exerceu forte pressão e, no mínimo, conseguiu redobrar a vigilância e fiscalização sobre o projeto, onde houve conquistas no seu sistema de segurança.

Foi bastante inovadora a aliança política alcançada neste movimento, envolvendo a CUT, o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, o movimento ecológico (Núcleo Ecológico Morro de Ipanema - NE-MI) e o movimento popular e pacifista de várias regiões.

Outro movimento que tem conseguido organizar grande resistência ao atual modelo de desenvolvimento energético é o dos "atingidos por barragens", que não é sindical, propriamente dito, mas envolve basicamente trabalhadores rurais prejudicados pelas construções das grandes usinas hidrelétricas, que causam forte impacto e destruição ambiental, desviando leitos de rios e inundando enormes áreas e reservas naturais.

Ao mesmo tempo em que opõem resistências às megausinas, os trabalhadores atingidos propõem outras e novas formas de geração de energia, muito mais limpas e de menor impacto ambiental, tal como as miniusinas, a energia eólica e solar.

Assim como estes, deve haver muitos outros exemplos de participação dos trabalhadores na busca de alternativas ao atual modelo de desenvolvimento. Resta ao movimento sindical eleger essa luta como uma de suas prioridades para a década que se inicia, construindo uma aliança estratégica com aqueles movimentos que já trazem em seu seio novos paradigmas de civilização e desenvolvimento, tais como os povos indígenas, os ecologistas, os pacifistas e as feministas.

Maurício Broinizi Pereira é historiador e coordenador do Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário/ CEDI.

OS NÚMEROS DA TRAGÉDIA ECOSSOCIAL

20 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada (população urbana no Brasil: 113 milhões)

75 milhões de pessoas não dispõem de esgoto

60 milhões de pessoas não são atendidas por coleta de lixo

93,2% da população rural não são atendidos por rede de esgoto, água potável e por fossas sépticas

90% do esgoto coletado nas cidades não recebem tratamento adequado

63% do lixo urbano coletado são jogados em cursos d'água

34% do lixo urbano são jogados a céu aberto

53 crianças de cada mil morrem antes de completar um ano de idade (dado de 1986)

75 crianças de cada mil que nascem no Nordeste morrem antes de completar um ano de idade

103 crianças de cada mil nascidas em famílias com renda mensal até um salário mínimo morrem antes de completar um ano de idade

66 anos é a expectativa de vida do brasileiro, igual à da Argélia e Nicarágua (na Argentina, a expectativa é de 71 anos; no Japão, é de 79 anos)

Fonte: Folha de S. Paulo, 22/7/91

restrita ao ambiente interno para o impacto que a fábrica causava no meio ambiente de toda a região onde se localiza.

Depois de três anos de lutas e muita resistência da empresa, os trabalhadores lograram uma série de modificações na rotina da empresa. No passado, a empresa despejava no rio Tamanduateí diversos líquidos com substâncias altamente tóxicas. Agora, eles são armazenados em grandes tanques, onde, por um processo de decantação, são reaproveitados no processo produtivo. Esta solução encontrada pelos trabalhadores, além de interromper a agressão ao rio Tamanduateí, ainda

quistas e efetiva melhoria do ambiente de trabalho e meio ambiente da região, a tal ponto que a própria direção da empresa também seguiu o exemplo e formou o seu departamento de meio ambiente.

Outro exemplo bastante interessante é o da luta contra a instalação de uma usina de enriquecimento de urânio da Marinha na região de Sorocaba, que vai produzir o motor e o combustível para seu submarino nuclear. Foi uma grande campanha que conseguiu mobilizar quase toda a sociedade civil de várias cidades da região. Apesar de não ter conseguido evitar a

SAÚDE NO TRABALHO

O DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO CUTISTA DE INTERVENÇÃO NAS CONDIÇÕES DE SAÚDE NO TRABALHO

Jocélio Drummond
Rosana Machin Barbosa

A luta com relação à defesa da saúde no trabalho estabeleceu importantes avanços nos últimos anos. A cada ano cresce o número de ações e cláusulas referentes à saúde nos acordos salariais. O desenvolvimento que se verifica até meados da década de 1980 é fruto, principalmente, do reconhecimento de que a atuação sindical deve romper com padrões tradicionais de reivindicação e incorporar demais questões que digam respeito às condições e qualidade de vida dos trabalhadores.

Já o momento subsequente assiste a uma proliferação de intervenções sindicais no tocante às questões de saúde e segurança no trabalho, que, se por um lado refletem as proporções extremas a que os acidentes e as doenças provocadas pela exploração intensiva do trabalho chegaram no Brasil, por outro revelam um crescimento qualitativo das ações e dos sindicatos envolvidos. Ou seja, essas experiências mostram que o movimento sindical vem se convencendo de que é o único segmento social que pode opor resistência a esse processo, com a construção de instrumentos e métodos próprios de intervenção.

Nesse sentido, inclusive, vem ganhando força no movimento sindical a compreensão de que a degradação do ambiente natural e das cidades é decorrente da forma como a produção é estruturada, atingindo especialmente os trabalhadores — mas podendo atingir a todos —, seja enquanto consumidores, seja como moradores.

Estima-se que um milhão e meio de trabalhadores estão expostos aos efeitos do benzeno e que existem mais de 3.500 leucopênicos. Este é apenas um exemplo da forma como a questão da saúde do trabalhador é tratada no Brasil. O Instituto Nacional de Saúde no Trabalho, da CUT, é um instrumento importante da luta sindical

A fundação, pela CUT, de um organismo próprio de assessoria técnica na área da saúde — o Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST) — inscreve-se nessa trajetória de lutas do movimento sindical por melhores condições de trabalho. O papel do INST é o de assessorar o movimento sindical cutista, e a CUT como um todo, na atuação contra os acidentes e doenças nos locais de trabalho, na negociação das condições de trabalho e nas ações junto às instituições públicas.

A estratégia sindical frente à questão da saúde no trabalho é compreendida, nesse sentido, a partir do reconhecimento de que o fundamental é a modificação no ambiente de trabalho, e não a negociação da saúde dos trabalhadores pela monetização dos riscos decorrentes das atividades produtivas (adicionais de insalubridade, por exemplo). Ou seja, é necessário modificar uma atuação voltada a

intervenções reparativas, na medida em que se destinam sobretudo a tutelar o direito dos trabalhadores ao ressarcimento do dano ocorrido, seja com o acidente, seja com a doença profissional.

Esta concepção se fundamenta na atuação por locais de trabalho, visando ao avanço no controle das suas condições, e difere, substancialmente, de uma prática assistencialista presente ainda em algumas parcelas do movimento sindical que encontra na manutenção e/ou ampliação de ambulatórios a sua única atividade na área de saúde.

O empenho da CUT no tocante à luta pela saúde no trabalho se expressa em ações, como a deliberação no III CONCUR (1987) de transformar as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes em comissões de saúde e de estruturar em sua organização horizontal (departamentos nacionais por categoria profissional) e vertical (secretarias) comissões de saúde e/ou secretarias que visam sistematizar e responder de modo organizado às diversas demandas sindicais na área da saúde.

A CUT entende que tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo, já que os trabalhadores possuem as reais condições de fiscalizar o ambiente e o processo de trabalho, detectando seus riscos potenciais e efetivos, opondo resistência aos crescentes acidentes e doenças no trabalho e propondo mudanças na produção que contemplem essas questões.



Vem ganhando força no movimento sindical a compreensão de que a degradação do ambiente natural e das cidades, decorrente da forma como a produção é estruturada, atinge especialmente os trabalhadores

Deve-se destacar que as ações sindicais com relação à saúde são numerosas, contudo pouco divulgadas ou conhecidas pelos demais sindicatos. O trabalho realizado se apresenta disperso e com apreensões diferenciadas, mesmo se tivermos por referência uma mesma categoria ou sindicatos com bases territoriais próximas. O conhecimento, a análise e o intercâmbio dessas intervenções sindicais na área de saúde e segurança do trabalho são uma das tarefas do INST para a elaboração de uma política específica de atuação da CUT na área.

Uma das bases de atuação do INST que visam à construção de ações integradas quanto às questões que envolvem saúde no trabalho, segurança e meio ambiente é o desenvolvimento de campanhas nacionais.

A primeira campanha nacional da CUT na área de saúde no trabalho foi lançada em julho deste ano, intitulada *Operação Caça - Benzeno*. A campanha é desenvolvida pelos departamentos nacionais de metalúrgicos, petroleiros, químicos e petroquímicos com a assessoria técnica do INST. A campanha, na sua primeira fase, pretende coletar e difundir informações sobre a ameaça do benzeno aos trabalhadores em risco de conta-

minação, visando interditar o uso da substância onde possa ser substituída e forçar condições de vazamento zero nas empresas. O benzeno é um solvente orgânico produzido principalmente através de matérias-primas originárias do petróleo nas refinarias e petroquímicas e extraído do carvão mineral nas siderúrgicas, onde é processado para produção de coque, próprio para a fabricação do aço. É utilizado na produção de inseticidas, produtos farmacêuticos, detergentes, nylon, perfumes, corantes e explosivos. Outras categorias de trabalhadores que lidam com solventes orgânicos em diferentes indústrias de transformação também ficam expostas ao benzeno. Independentemente da concentração, uma única exposição ao benzeno pode provocar câncer. A substância, de rápido efeito sobre o organismo, provoca anemia, leucopenia (diminuição dos glóbulos brancos no sangue), leucemia e anemia aplásica (interrompe totalmente a produção de componentes vitais do sangue, tira as defesas imunológicas do organismo e a capacidade de coagulação sanguínea, por exemplo), além de alterar o sistema nervoso, causando depressão, e lesar o fígado.

O limite de exposição ambiental ao benzeno no Brasil é de 8 ppm (partes por milhão). Os Estados Unidos, em 1987, reduziram de 10 ppm para 1 ppm o limite máximo permitido, depois de confirmarem que a exposição a 10 ppm causa risco de leucemia em 95 de cada mil trabalhadores expostos. No Brasil, sequer o índice de 8 ppm tem sido respeitado.

Existem no País mais de 3.500 leucopênicos (conhecidos) — cerca de 2.200 em São Paulo —, afastados do trabalho devido à exposição ao benzeno. Desde 1990 foram registrados três casos fatais — dois na Nitrocarbano (Camaçari/BA) e outro na Petroquímica União (Santo An-

dré/SP). A maior parte dos casos não é registrada, e a estratégia das empresas tem sido manipular as informações em casos diagnosticados, remanejar os trabalhadores contaminados no interior da empresa ou substituir os trabalhadores por outros contratados por empreiteiras. No Pólo de Camaçari (BA), por exemplo, há 22 mil trabalhadores com vínculo direto e 25 mil contratados por empreiteiras.

Estima-se que 1.500.000 trabalhadores estejam expostos ao benzeno no Brasil. Sua produção em 1980 foi de 481 mil ton/ano com estimativa girando em torno de 1 milhão ton/ano para 1991. A recessão e a tentativa de tornar algumas empresas estatais atrativas para privatização vêm acarretando o enxugamento dos gastos com manutenção e segurança de áreas de risco. Assim, a cada dia aumenta o número de trabalhadores expostos ao produto, mas sem o registro de sua contaminação.

A criação de uma política nacional de intervenção da CUT nas condições de trabalho se baseia na unificação de experiências que visam transformá-las em projetos-modelo para integrar categorias em campanha e lutas de alcance nacional pela saúde no trabalho. Nesse sentido, o INST está desenvolvendo também o trabalho com duas outras categorias com acúmulo de experiências, mesmo que dispersas, nas questões de saúde: bancários e siderúrgicos. Através da documentação de experiências e da realização de pesquisas, será feito um acompanhamento no tocante aos principais problemas de saúde das categorias, suas organizações na luta pela saúde nos locais de trabalho e as ações desenvolvidas pelos sindicatos.

Jocélio Drummond é médico e dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Rosana Machin Barbosa, pós-graduanda em Sociologia pela USP, é técnica do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST-CUT).

GÊNERO E RAÇA

UM DESAFIO PARA O SINDICALISMO DOS ANOS 90

Maria Berenice Godinho Delgado

As posições políticas do sindicalismo contra a discriminação de gênero e na defesa das trabalhadoras não são bem conhecidas no interior do próprio movimento sindical nem internalizadas pelas suas protagonistas, reduzindo seu efeito prático. Alguns desafios, apresentados neste artigo, se assumidos pelo sindicalismo, significariam importante salto de qualidade na sua atuação



Há muitos desafios que o movimento sindical tem para responder no Brasil e demais países latino-americanos, unificados pela miséria crescente e a deterioração acelerada das mínimas condições de dignidade da maioria da população.

Alguns desafios pretendemos apontar aqui, restringindo-nos, porém, a pensar, para o Brasil, quais lacunas o sindicalismo precisa preencher em relação às discriminações de gênero e de raça.

DISCRIMINAÇÕES DE GÊNERO

Já têm sido bastante divulgados os dados referentes à crescente participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA), nas últimas décadas. "Entre 1970 e 1985, a PEA feminina triplicou, passando de 6,1% para 18,4%. Entre 1976 e 1985, a taxa de atividade feminina passou de 28,7% para quase 37%" (Elizabeth Lobo. *Trabalho feminino. Elas vieram para ficar*. In: Debate Sindical, 10, Desep/CUT, maio/89).

Esta presença significativa por si

só já torna as trabalhadoras uma importante parcela a ser conquistada pelos sindicatos e, simultaneamente, exige destes a realização de práticas que respondam às situações concretas vividas pelas mulheres no trabalho.

Se considerarmos que as mulheres não ficaram somente em ramos de atividade tradicionalmente de concentração feminina — têxteis, vestuário, serviços, educação —, mas entraram em setores modernos da economia, como eletroeletrônico, químico, financeiro, vemos que a tarefa de incorporá-las e as suas demandas está colocada para todos os sindicatos, isto é, desafia o sindicalismo em seu conjunto.

As situações de discriminação enfrentadas pelas mulheres na sociedade já foram descritas em muitos trabalhos e publicações e denunciadas pelas próprias mulheres, organizadas em movimentos. A simples observação mais cuidadosa das notícias de jornais, aliás, permite uma breve visualização das formas variadas através das quais se expressa a desigualdade de tratamento social dispensado às mulheres — estupros, assassinatos, esterilização em massa, aborto clandestino, revistas nas fábricas, etc. — que aparecem com alguma frequência no noticiário.

Não cabe, portanto, repetir as discriminações existentes, e sim refletir sobre o papel do sindicalismo classista, democrático, de massas, comprometido com a classe trabalhadora, frente à superação de tais situações.

Existem posições políticas tomadas pelo sindicalismo contra as discriminações de gênero, bem como propostas de defesa das trabalhadoras contra as violências no mundo do trabalho. No entanto, essas resoluções são pouco conhecidas no interior do próprio movimento, são menos ainda internalizadas por seus protagonistas e, conseqüentemente, têm reduzido

efeito prático no cotidiano da vida dos sindicatos.

As respostas, portanto, têm sido bastante limitadas. A ação sindical dirigida às mulheres ainda é incipiente, fragmentada e marginal, em comparação com as demais questões sindicais.

Negociações e acordos coletivos

A negociação coletiva é um dos eixos que sustentam a prática sindical. As campanhas salariais, principalmente, são um momento crucial de luta por reivindicações, assim como as lutas no local de trabalho. Em relação às mulheres, esta é uma das grandes debilidades do movimento sindical. De um lado, são poucas as reivindicações de gênero incluídas nas pautas de negociação; de outro, aquelas que chegam às pautas não são consideradas itens importantes, jogando-se pouco peso na sua defesa. Há algumas bandeiras já bastante conhecidas, como a creche, salário igual para a mesma função, acesso à qualificação para as mulheres, fim da exigência dos testes de gravidez e de atestados de laqueadura, entre outras, que têm condições favoráveis para se transformar em conquistas concretas se forem assumidas de forma mais incisiva pelos sindicatos.

A defesa das reivindicações que expressam as demandas das mulheres e atacam situações discriminatórias é condição essencial para que as trabalhadoras se aproximem dos sindicatos e se sintam melhor representadas por eles. É condição, também, para que os sindicatos possam falar, plenamente, em nome de toda a classe trabalhadora.

Sindicalização e participação sindical

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (IBGE, 1988), dos 51,73 milhões de trabalhadores/as que constituem a população ocupada do País, apenas 9,09 milhões (17,6%) são filiados a sindicatos ou associações. Deste total, 74,4%

são homens e apenas 25,6% são mulheres. Há, neste ponto, dois aspectos a considerar: a sindicalização e a participação sindical.

Quanto à sindicalização, está cada vez mais claro que o sindicalismo precisa dirigir-se de maneira diferenciada aos públicos masculino e feminino. Para sensibilizar-se quanto à importância de se sindicalizar, a trabalhadora precisa saber que o sindicato conhece a realidade que ela vive no trabalho, interessa-se por sua situação e tem mecanis-

São poucas as reivindicações de gênero incluídas nas pautas de negociação, e aquelas que chegam às pautas não são consideradas itens importantes, jogando-se pouco peso na sua defesa

mo e propostas para modificá-la. O discurso genérico e impessoal que predomina nas estratégias de ampliar o número de filiados está superado como elemento mobilizador. Principalmente frente às mulheres, que convivem com a imagem do sindicato como um espaço masculino, pouco adequado à sua presença — a qual, infelizmente, ainda corresponde à realidade na grande maioria dos casos.

O mesmo argumento vale para a participação sindical: se o sindicalismo não construir e consolidar políticas permanentes dirigidas às mulheres trabalhadoras, estas dificilmente se sentirão atraídas ou terão condições concretas de participar da vida do sindicato.

O perfil dos/as delegados/as presentes ao III Congresso Nacional da CUT (1988), levantado e publicado pela Central sob o título “Retrato da CUT”, mostrou que as participantes (24,1%) eram em sua maioria solteiras ou separadas e provavelmente sem ou com poucos filhos. As casadas foram franca minoria entre as delegadas. São dados que mostram que lutar por creches nas campanhas salariais, criar creches nos eventos sindicais, enfrentar o tema da divisão do trabalho doméstico terão desdobramentos práticos na maior dis-

ponibilidade das mulheres para a participação sindical, inclusive as que têm filhos.

Os sindicatos precisam preocupar-se também em ampliar o acesso das trabalhadoras às atividades de formação sindical, reduzindo as desvantagens históricas das mulheres no que se refere à atuação nos espaços públicos. Igualmente, devem preocupar-se em garantir participação mais igualitária de homens e mulheres em suas instâncias diretivas, construindo, na prática, a democracia em todas as suas

dimensões, inclusive de gênero.

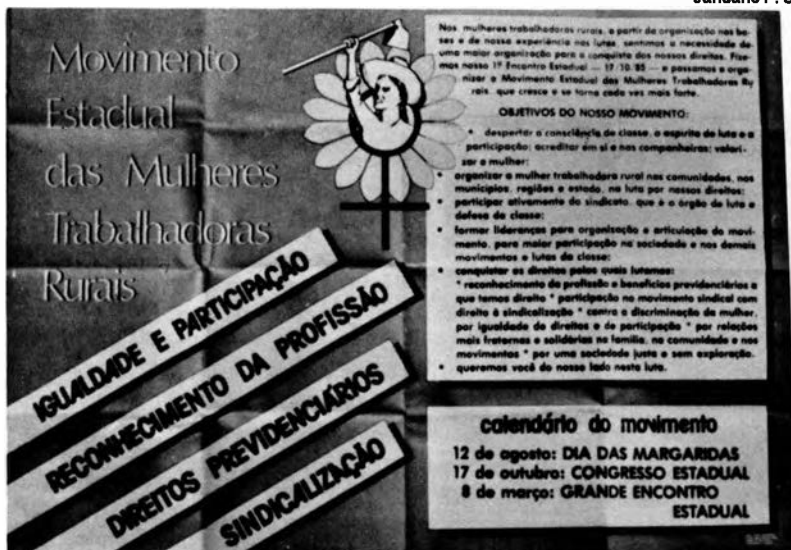
Cruza-se, aí, o desafio de transformar os sindicatos em espaços reais de participação masculina e feminina, superando práticas e estruturas que ainda mantêm as instituições políticas — entre elas, os sindicatos — predominantemente como “mundo dos homens”. E rever os discursos, a linguagem, as formas de funcionamento, a distância entre a prática política e a vida cotidiana, os códigos marcadamente machistas herdados — e ainda reproduzidos — pelo sindicalismo.

Trabalhadores do setor informal

O trabalho informal cresce cada vez mais no bojo da crise brasileira e latino-americana.

Embora atinja homens e mulheres, incide de maneira particularmente grande sobre a população trabalhadora feminina, em vários países do Continente. São trabalhadores e trabalhadoras sem vínculo formal de trabalho e, conseqüentemente, sem representação sindical, nos moldes predominantes do sindicalismo atual.

No entanto, nesta década, a representatividade do movimento sindical se dará também pela capacidade que tenha de aglutinar e organizar esses setores e defender seus interesses.



DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A exploração de classe se articula intrinsecamente com a opressão de raça, assim como ocorre com a opressão de gênero. Segundo dados do censo de 1980, do IBGE, 44,8% dos negros brasileiros ganhavam até um salário mínimo, e 87,1% da mão-de-obra negra empregada não ultrapassava a faixa de cinco salários mínimos. No caso das mulheres negras, 62,7% recebiam até um salário mínimo.

Os/as trabalhadores/as negros/as concentram-se nas atividades profissionais menos valorizadas e enfrentam barreiras econômicas e culturais para atingir funções qualificadas e postos de direção, onde, se estão, são sempre exceções. São muitos os exemplos do racismo que perpassa a vinculação da população negra ao mercado de trabalho, a começar pelas exigências de “boa aparência” às mulheres, que contêm a mensagem subliminar de que não se aceitam negras.

Conhecer a classe trabalhadora brasileira supõe compreender também a sua composição racial e as características que adquire a partir disso. A dimensão racial não constitui um detalhe ou um dado periférico, assim como não o é a dimensão de gênero.

UM SINDICALISMO

PLENAMENTE IGUALITÁRIO

Os desafios aqui apontados significam para o sindicalismo um salto de quali-

A defesa das reivindicações que expressam as demandas das mulheres e atacam situações discriminatórias é condição essencial para que as trabalhadoras se aproximem dos sindicatos

dade em relação a vários aspectos:

- conhecer a classe trabalhadora em todas as suas dimensões e, por consequência, melhor representá-la. A classe trabalhadora tem sexo e raça, e estes atributos são parte intrínseca da condição de classe de cada trabalhador/a. Desconsiderá-los significa conhecer apenas uma parte desta condição e, portanto, fazer uma luta pela metade.
- assumir e não temer a diversidade que dá concretude à classe. Neste sentido são significativos os lemas adotados pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, em seu I Congresso (1990) — “unidade na diversidade” — e pelo II Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (1991) — “igualdade na diversidade”.
- reconhecer o papel estratégico da atuação sobre a questão de gênero, considerando a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, já suficientemente constatada, e as mudanças na configuração da força de trabalho nos diferentes setores. Daí, torna-se urgente, do ponto de vista político, a superação das condicionantes culturais que, ainda, têm limitado a atuação sindical nesta área.
- compreender que, a médio e lon-

go prazos, está em jogo o significado social e político dos sindicatos. Preservar e ampliar sua representatividade, consolidar sua legitimidade e aumentar seu poder político de pressão e negociação supõem incorporar urgentemente os setores da classe trabalhadora ainda marginalizados da plena participação sindical.

- rever conceitos que sustentam as análises sobre a sociedade de classes e a classe trabalhadora. Sem perder a referência do concei-

to de classe, cada vez é mais evidente que ele precisa estar cruzado com outros conceitos para dar conta da complexidade das relações sociais e das formas através das quais se realiza a exploração. “Posição de classe, de gênero, de geração e o sistema de racismo predominante resultam em uma alquimia própria nem sempre percebida nos estudos verticalizados, que trabalham somente com uma destas categorizações, ou com a ótica tradicional sobre classe” (Mary Garcia Castro. *A realidade da mulher brasileira no mercado de trabalho*. In: Revista Força de Trabalho e Emprego 7, janeiro/agosto, p. 7, Salvador).

- aprofundar a prática da democracia e realizá-la em todas as suas dimensões. Democratizar poder e decisões, democratizar a informação, democratizar a prática política cotidiana. Construir novas atitudes, superando, inclusive, as visões dicotômicas e excludentes a respeito das relações entre prática política e vida cotidiana.

Maria Berenice Godinho Delgado (Didice) é coordenadora da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT e assessora do Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário/CEDI.



Professores em greve acampados em Belo Horizonte

Os professores, em sua maioria trabalhadores das redes públicas, protagonizaram lutas sindicais, cuja centralidade foram os salários. Tão grave é a situação que tem ofuscado a procura de maiores horizontes. É crucial a participação nos debates por educação adequada aos setores populares

TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Elie Ghanem

A categoria dos professores vem se tornando mais numerosa desde a década de 1950. Foi a partir dessa época que se pôde verificar um lento, mas contínuo, processo de ampliação da quantidade de vagas nas escolas de ensino básico e, nos anos de 1970, das vagas em pré-escolas.

Paralelamente à formação de uma grande categoria de professores, no plano de sua organização ocorreu a multiplicação de associações, sociedades, centros e uniões, algumas delas montadas há

40 ou 50 anos. Mas foi no final dos anos de 1970 que essas associações assumiram uma atuação mais fortemente sindical. Nessa época, o regime militar negava aos funcionários públicos o direito à organização de sindicatos, e as associações passaram a exercer funções sindicais, mobilizando a categoria em torno de campanhas salariais. Grupos e movimentos de oposição a diretorias acomodadas ou conservadoras foram formados e, aos poucos, as direções foram sendo renovadas com líderes mais empe-

nhados no combate à ditadura e na organização das bases.

Organização sindical. Há cerca de 20 anos que o movimento sindical de professores abrange predominantemente os trabalhadores das redes públicas de ensino (estaduais e municipais), contando também com aqueles da rede particular, em menor proporção. O movimento está estruturado nacionalmente, com sindicatos em nível estadual atuando em todas as unidades federadas, além de uma multiplicidade de sindicatos e

associações municipais, e dispõe, ainda, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que realiza congressos periodicamente e está filiada à CUT. No interior da CUT, o Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação (DNTE) está entre os principais departamentos, a exemplo dos metalúrgicos (DNM), dos bancários (DNB) e dos trabalhadores rurais (DNTR), entre outros.

Nos últimos anos, uma das preocupações das direções sindicais foi construir junto aos professores a identidade de *trabalhadores* em educação, em que estava associada a essa intenção a incorporação dos demais funcionários das escolas e órgãos administrativos do ensino.

Mesmo considerando a abrangente organização sindical que se conseguiu edificar, é necessário dizer que outros fatores de peso — para que o movimento dos trabalhadores em educação ganhe presença constante no cenário das lutas sociais e na imprensa — têm sido, sem dúvida, os períodos de crise econômica, as políticas recessivas a eles relacionadas e ainda o que alguns têm denominado de “crise do Estado brasileiro”.

A luta dos professores tem-se caracterizado, sobretudo — ou quase completamente — pela resistência. As opções que o governo brasileiro tem feito, principalmente quanto ao endividamento externo e aos investimentos internos, têm penalizado drasticamente, desde o regime militar, os setores de atendimento social, entre os quais se encontram a educação, a saúde, a habitação e os transportes coletivos. Nos períodos de agravamento da crise econômica — que têm-se agudizado ao longo da última década e até hoje — as áreas de atendimento social sofrem de modo redobrado.

Recursos concentrados. O sistema escolar no Brasil vive ainda um quadro curioso de descentralização

tendencial da oferta, o que significa crescente responsabilidade dos governos estaduais e municipais quanto à ampliação e manutenção da rede de escolas de 1º e 2º graus e pré-escolas, enquanto os recursos têm-se concentrado em um fluxo que vai dos municípios e estados aos cofres da União, o qual os sucessivos governos federais procuraram preservar. Ou seja, concentração de recursos financeiros no MEC e descentralização de responsabilidades nas secretarias estaduais e municipais de educação, que lidam diretamente com o pagamento do pessoal do ensino.

Nos últimos anos, uma das preocupações das direções sindicais foi construir junto aos professores a identidade de trabalhadores em educação

Nesse cenário, cujo pano de fundo é a histórica política de arrocho salarial e de compressão do valor real do salário mínimo, os sindicatos do magistério têm conduzido duras lutas para refrear a galopante deterioração do poder aquisitivo da categoria, para o que os líderes sindicais encontram, de forma geral, grande receptividade das bases.

As greves de professores se multiplicaram no espaço e no tempo, ocorrendo em todos os quadrantes do País e frequentemente se prolongando por mais de um mês. A última greve dos professores estaduais de Minas Gerais já ultrapassou 80 dias. Os professores do Rio de Janeiro acabaram de encerrar um movimento que se arrastava intermitentemente desde o início do ano. Na Bahia iniciou-se outro e no Rio Grande do Sul a categoria já paralisou as escolas por 72 dias neste ano. Cabe mencionar o caso do Piauí, onde a greve, iniciada em agosto de 1990, durou oito meses e 16 dias, e os professores ficaram sem receber salário por cinco meses, que, aliás, correspondia a um quarto do salário mínimo. Essa luta desesperada

contra a miséria tem dado o eixo central da atuação do movimento. O que predomina nas pautas de negociação são a fixação de pisos salariais e o estabelecimento de planos de cargos e salários.

Solidariedade. Nos momentos de maior expansão das lutas grevistas — generalizadas e marcantes em 1987, após o Plano Cruzado —, o apelo à solidariedade de outros setores sociais parece ter encontrado mais eco do que atualmente. Em diversas manifestações de rua registrou-se a presença de pais de alunos, estudantes e suas organizações, bem

como de associações de moradores empenhadas em apoiar as reivindicações do magistério e em pressionar pela abertura de negociações, aflitos que estavam com a interrupção das aulas, com o prejuízo ao andamento dos estudos ou com a iminência da perda do ano letivo.

Esse clima abria a possibilidade da composição de alianças capazes de fornecer maior legitimidade e força à ação sindical dos professores, e coincidiu, aliás, com todo o período constituinte, em que os sindicatos aproveitaram para levar suas propostas específicas à elaboração da Constituição — a CNTE, com outras entidades, participou do Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, atualmente retomado com vistas à votação no Congresso Nacional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Outros fóruns e comitês de defesa da escola pública foram formados e algumas manifestações públicas foram feitas, tudo impulsionado pelos sindicatos da categoria. O *lobby* dos professores no Congresso Constituinte foi um dos mais organizados, e a categoria foi a única a



A luta dos professores tem-se caracterizado, sobretudo — ou quase completamente — pela resistência

ter conquistado o direito à aposentadoria após 25 anos de trabalho.

Mas, pelo que já foi dito, pode-se facilmente perceber o papel central que as reivindicações relativas a salários assumem para o movimento dos professores. E tão grave é a questão que a insistência permanente nela e a sua quase exclusividade tem ofuscado a procura de maiores horizontes para o movimento e de alianças mais amplas com outros segmentos da população, que têm

no setor público sua única alternativa de escolarização. A bandeira da defesa da escola pública, levantada em todo o País pelos sindicatos de trabalhadores em educação, praticamente tem sido assimilada à garantia de seus salários. O campo educacional em sua especificidade e em seu caráter estratégico para o desenvolvimento do Brasil recebe um tratamento incipiente dos sindicatos do magistério, enquanto setores empresariais passaram a tematizá-lo com maior ênfase, até mesmo reconhecendo como primordiais medidas para recuperar a remuneração dos professores (estes setores se sentem totalmente à

vontade para fazer essas colocações, já que as folhas de pagamento oneram o Estado).

Outras forças políticas e governantes procuraram se consolidar e legitimar, ostentando uma prioridade dada à educação. Assim é que Brizola fez dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) a marca registrada de sua gestão como governador do estado do Rio de Janeiro. Também o presidente Collor lançou o *Projeto Minha Gente*, pretendendo construir cinco mil Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACs). À parte o caráter demagógico que pode estar envolvido nessas propostas, o fato é que os professores, elemento indispensável da ação educacional, foram deslocados de seu papel e responsabilidade na proposição das políticas de ensino.

Se o movimento sindical do magistério não quiser ser mero objeto do compadecimento da população e de seu apoio tácito e insatisfeito, precisa adquirir outro fôlego e inserir-se diretamente no debate de uma política educacional que atenda aos interesses dos setores populares. Uma política articulada a um projeto de sociedade democrática que dê sentido às lutas da categoria.

Elie Ghanem é integrante do Programa Educação e Escolarização Popular — CEDI.

A TEOLOGIA SE FEZ TERRA

No "admirável comércio" entre o céu e a terra, a terra entrou como mercadoria de comunhão indispensável. Não mais se poderia falar no Reino do céu sem se falar do Reino na terra e da terra no Reino. Pedro Casaldáliga

Abordando os aspectos eclesial, teológico e político-econômico, desde uma perspectiva ecumênica, o livro *A Teologia se fez Terra* reúne um conjunto de textos originários tanto da reflexão, como da prática e compromisso na busca de tratamento mais justo para a questão da terra no Brasil e na América Latina. Trata-se de avaliar os profundos desafios, mesmo de uma ecologia planetária, que a terra em nosso continente nos faz.



Primeiro Encontro Latino-Americano de Teologia da Terra. Editora Sinodal, CEDI e Rede Latino-Americana de CPID. 1991, 117 p., 16 x 23 cm.

Preço do exemplar: Cr\$ 1.600,00

Pedidos para: CEDI – Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129 – Glória – 22211 Rio de Janeiro RJ

ASSASSINO EM NOME DO POVO

Dalmo de Abreu Dallari

Não existe pena de morte sem carrasco. Assim como há pessoas que contratam um matador profissional para matar alguém, o Estado, em nome do povo, contrata um matador profissional para a execução da pena de morte: é o carrasco. Do ponto de vista da legislação brasileira, em caso de homicídio contratado, tanto é considerado criminoso aquele que executou diretamente a ordem, matando uma pessoa, como o contratante, que pagou para que outro matasse. Ambos são assassinos, o que matou e o que mandou matar.

Mas desde que o povo, por ampla maioria, decida assumir a condição de assassino, encarregando o Estado de contratar o executor, será necessário observar as regras constitucionais relativas à execução desse serviço público. E aqui já surgem alguns problemas interessantes, que o povo brasileiro e as autoridades governamentais deverão considerar.

Em primeiro lugar, será preciso definir se a competência para a execução da pena de morte será da União ou dos estados. No caso de a competência ser estadual, será razoável permitir que cada estado decida sobre a forma de execução. E quem acredita que o criminoso é um calculista, que primeiro analisa as penas possíveis para depois resolver se vai ou não praticar o crime, deverá admitir que, por hipótese, haverá os que decidirão praticar homicídios no Piauí, enquanto que outros irão prefe-

rir São Paulo ou o Rio Grande do Sul, por acharem melhor a forca, a cadeira elétrica ou a câmara de gás. Os estados que forem pouco escolhidos poderão reclamar da discriminação.

Um problema complicado será a nomeação ou contratação do carrasco, que por exercer atividade pública estará ocupando cargo ou função ou terá um emprego público. Em qualquer dessas hipóteses, ele terá que ser brasileiro, pois a Constituição expressamente o exige, mas será necessário estabelecer se ele poderá efetivar-se no cargo, se a contratação será por tempo determinado, ou se, em lugar disso, será preferível a criação de cargo de confiança, para exercício em comissão.

Se for preferida a criação de cargo para preenchimento em caráter efetivo ou mesmo para contratação por prazo determinado, será indispensável a realização de concurso público. É bem verdade que o presidente da República ou os governadores poderão invocar a notória especialização que dispensa do concurso. Nesse caso, os assassinos de líderes rurais, os justiceiros e os integrantes dos esquadrões da morte serão fortes candidatos. Mas será preciso tomar cuidado com os Tribunais de Contas, que às vezes exageram no seu zelo e poderão pedir provas da especialização. Assim também será importante verificar se a contratação não ocorre em período eleitoral, pois às vezes, mesmo quando é óbvio o interesse público em salvar vidas, há tribunais que negam a urgência.

IGREJAS SE PRONUNCIAM CONTRA

IGREJA METODISTA DIZ NÃO À PENA DE MORTE

Considerações preliminares do Colégio Episcopal sobre a pena de morte

Nesse documento a Igreja Metodista pronuncia-se "inequivocamente contra a pena de morte", pois considera, entre outras coisas,

- que:
- a vida não pode ser tirada de ninguém;

- tal pena (como a de Cristo) é forma de criar "bodes expiatórios", satisfazendo a vingança como "válvula de escape da hipocrisia social";

- a "espiral da violência" na qual vive o País tem causas na injustiça social, distribuição de renda, corrupção sistêmica e outras. Chamar a atenção para a pena de morte para acobertar essa situação;

- a pena de morte não possibilita a reparação do erro e o perdão, tanto por parte da Justiça como do criminoso;

- o pecado atinge a todos. Ninguém tem critérios para discernir se um "pecador" deve ou não morrer.

Fonte: Expositor Cristão — junho/1991

"EM FAVOR DA VIDA CONTRA A PENA DE MORTE"

Documento produzido pelo Conselho Permanente da CNBB, reunido de 25 a 28/6/91, e enviado às comunidades e membros do Congresso Nacional

"Nunca poderemos justificar o recurso à violência como reação às situações de injustiça social que vigoram na realidade, pois a violência só pode gerar mais violência, ocasionando o sacrifício de vidas preciosas e, com frequência, de inocentes. Em tal situação, a atitude mais humana e coerente é a de denunciar tais injustiças e indicar soluções construtivas para corrigi-las.



Imagine-se então se o problema for eliminar vidas...

No caso de ser realizado o concurso, poderá haver certa dificuldade na fixação das provas do concurso e dos critérios de avaliação. Como a escolha é para o exercício das atribuições de carrasco, não importará saber se o candidato sabe ler e escrever, sendo indispensável escolher o que souber matar melhor. E pela natureza das funções, ninguém há de acreditar que uma simples prova teórica permita a melhor escolha, tornando-se absolutamente necessária a realização de provas práticas. A única solução que me ocorre para esse impasse é pedir às pessoas que estão convencidas de que a pena de morte é um benefício para a sociedade que comprovem seu espírito público e sua preocupação com o bem social, oferecendo-se como voluntário para possibilitar a realização da boa seleção dos carrascos.

Um pequeno complicador será a preparação dos candidatos para o concurso. Como todos sabem, brasileiro adora emprego público e além disso há muito desemprego no Brasil. Por esses motivos é fácil prever que o número de candidatos será muito grande. Assim sendo, todos logo perceberão a necessidade de estudar para o concurso e, certamente, os mais estudiosos passarão noites em claro (ou será melhor dizer "no escuro"?), revendo a matéria e repetindo exercícios para fazerem bonito perante a comissão examinadora. E, por falar nisso, qual será a qualificação exigida para alguém ser examinador?

Mas poderá também ocorrer que se dê preferência ao preenchimento em comissão, considerando-se como de confiança o cargo de carrasco. Nesse caso haverá o risco de nepotismo ou da utilização do cargo para a colocação de cabos eleitorais. Isso cria a possibilidade de carrascos incompetentes, que poderão fazer o condenado sair da força e sofrer alguma fratura porque o nó estava mal dado ou que acabarão misturando a ligação da cadeira elétrica com a do ar

condicionado ou dos computadores, com resultados imprevisíveis. Tudo isso vai exigir a celebração de acordos políticos, pois alguns não abrirão mão da faculdade de indicar o carrasco de sua confiança.

Outro problema importante é o regime de trabalho do carrasco, pois existe um grande risco de se criar um marajá. Como o serviço é de grande responsabilidade, a remuneração deverá ser alta. Mas, como o número de crimes puníveis com pena de morte é muito pequeno, o carrasco terá muito pouco serviço. É possível que alguém pense no pagamento por tarefa, o que não é conveniente se forem considerados o custo e as dificuldades da escolha do carrasco em cada caso. Talvez se cogite da privatização, mas neste caso surgem novamente todos os problemas da licitação, com a dificuldade de que não será nada fácil o enquadramento nos cadastros de contribuintes de empresas especializadas, embora existam hoje no Brasil inúmeros grupos especializados, no campo e na cidade.

Finalmente, supondo-se que todos esses obstáculos sejam superados, chega-se ao dia, ansiosamente esperado por muitos, da execução da pena de morte. O carrasco, contratado e pago pelo povo para fazer a parte suja, matará um ser humano, certamente um miserável que já nasceu marginalizado, ou um louco. Povo e carrasco serão assassinos, mas muitos irão no mesmo dia a uma reunião de ecologistas, para impedir que uma foca seja morta ou que se ponha em risco a vida dos jacarés. E muitos empreiteiros da execução continuarão a dizer-se cristãos e irão à missa, participando compungidos da santa comunhão, exibindo solenemente a celebração de sua hipocrisia.

(Extraído de Boletim SISAC nº 130/junho de 1991)

Dalmo de Abreu Dallari, advogado, é professor titular da Faculdade de Direito da USP e secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo.

Punir com a morte os que praticam crimes de homicídio significa assumir a própria violência como forma de comportamento da sociedade. É evidente, porém, que a pena de morte não é solução para o problema da violência. Além disso, é um modo de julgamento contrário aos melhores princípios da ordem jurídica, pois o julgamento da culpabilidade de alguém deve ser sempre reformável, em virtude das falhas e dos erros inevitáveis nos processos judiciais, como tem ocorrido muitas vezes. A pena de morte não permite a reparação do erro, podendo ser a mais infama injustiça.

"Para o cristianismo, vivemos agora a nova aliança de Deus com os homens. Essa atitude inclui a aceitação da possibilidade de reabilitação à convivência social dos criminosos. É uma das providências que a sociedade deveria exigir, criando nas penitenciárias sistemas de trabalho e outras providências para a recuperação dos detentos. Este é o apelo que nós, bispos, fazemos como pastores do povo de Deus e orientadores das consciências dos fiéis católicos."

Fonte: Encarte do Boletim da CNBB - 28/6/91

PENA DE MORTE **Placar individual no Congresso Nacional**

Contra a pena	73%
Contra o plebiscito*	47%
A favor da pena	22%

* Proposta de plebiscito sob projeto de lei do deputado Amaral Netto (PDS-RJ)

Placar por maiores partidos

Partidos	Contra	A favor
PMDB	77%	22%
PDT e PT	100%	—
PRN	—	40%

Fonte: O São Paulo, 27/6/91

REMÉDIO AMARGO

José Bittencourt Filho

Para além das aparências, escândalos e manipulações, o Pentecostalismo Autônomo integra-se numa situação cultural que atinge massas. É preciso trazer o foco central das análises à população que o frequenta

Sabe-se da existência de uma matriz religiosa brasileira. Seria composta pelo catolicismo ibérico e a magia européia trazidos pelos colonizadores; a religião e a magia africana e indígena; e, mais tarde, pelo espiritismo e pelo catolicismo romanizado. Afirma-se inclusive que tal matriz teria sua expressão religiosa própria — a Umbanda, sincrética por definição.

Tudo isto desemboca numa visão e conduta peculiares no tocante ao discurso e à prática religiosa, que permeiam todas as camadas sociais, assim como contribuem para a configuração de uma religião civil brasileira. Seu traço característico seria uma visão mágica e utilitária.

Nesse quadro o êxito das propostas circulantes no campo religioso estão na proporção direta da co-extensividade com a mencionada matriz, em que pese a variedade simbólico-doutrinária.

Pentecostalismo Autônomo (PA) é o grande fenômeno religioso brasileiro atual. Esta designação se contrapõe à de Pentecostalismo Clássico, igrejas originadas do movimento missionário pentecostal, dos EUA, no início do século. Por Pentecostalismo Autônomo designamos as denominações dissidentes da-quele pentecostalismo e/ou formadas em torno de lideranças fortes.



Nando Neves

Culto no Maracanã: "cura e exorcismo"

CARACTERÍSTICAS DE UM FENÔMENO

A proposição religiosa do PA alicerça-se numa tríade: a cura, o exorcismo, a prosperidade. Nela conjugam-se fatores sócio-religiosos que responderiam à interpretação simbólica que as classes populares realizam de suas adversidades existenciais, geralmente de forma inconsciente ou difusa.

Intervenção divina possível. A cura viria ao encontro do conjunto de enfermidades físicas e psicossomáticas, num país no qual o atendimento médico passa por uma crise crônica: atendimento governamental precário e o particular inacessível à maciça maioria da população. Em suma, as políticas de saúde no Brasil reproduzem o modelo econômico excludente, que condena à

morte extensas faixas da população. Acrescentam-se as diversas agressões ao meio ambiente, a poluição sonora, a presença de agrotóxicos e outros agentes químicos na alimentação, geometricamente multiplicadores de uma infinidade de doenças; e mais, a falta de saneamento básico, cujo alvo principal são as crianças. As que sobrevivem carregam seqüelas pelo resto de suas vidas.

O quadro das doenças mentais é ainda mais alarmante. Praticamente inexistente um atendimento ambulatorial qualificado para aquilo que o senso comum denomina "doenças nervosas". Persiste uma gama de neuroses e psicopatias adicionadas às sociopatias, na proporção em que se ampliam os segmentos da população submetidos ao estado de

A função “terapêutica” do Pentecostalismo Autônomo residiria, antes de mais nada e acima de tudo, na atenção que destina à população sofrida, que sente fruir o alento de ter sido lembrada por alguém

miséria absoluta, num ambiente de violência, inclusive institucional.

Por tudo isso, qualquer promessa de cura recebe uma resposta imediata e massiva, sobretudo quando de origem religiosa. Nas regiões abissais da subjetividade coletiva existe uma expectativa permanente de intervenção divina e arrasadora capaz de transformar radicalmente o contexto de sofrimento e abandono. Vale sublinhar que o tempo do messianismo revolucionário está cada vez mais distante; todavia os meios de comunicação insistem na veiculação de heróis encantados, capazes de enfrentar problemas indissolúveis sutil ou abertamente identificados com os impérios da moda.

A função “terapêutica” do PA residiria, antes de mais nada e acima de tudo, na atenção que destina à população sofrida, que sente fruir o alento de ter sido lembrada por alguém. Não importa muito se os males de fato desaparecem, mas vale o fato de pessoas terem sido acolhidas e dignificadas. Mais do que nunca a massa necessita de cura para sua alma.

Exorcizar os demônios. A vida dos brasileiros está povoada de medos: desde o assalto à mão armada até a insegurança quanto ao próprio futuro e dos filhos. Neste caso principalmente quando a média de idade para o ingresso no crime organizado e no consumo de drogas é cada vez mais baixa. Nesse particular, a matriz religiosa contribui efetivamente, já que recheia a visão de mundo popular com o mau-olhado, a praga, a mandinga e tantos outros instrumentos usados para interferirem, negativamente, uns na vida dos outros.

O chamado “desenvolvimento”, com seu aparato tecnológico, começa a amedrontar um número cada vez maior de analfabetos e semialfabetizados, definitivamente afastados do uso e dos benefícios dessa maquinaria que passa a comandar suas vidas. Além disso, são crescentes a desconfiança nos poderes constituídos, e seu corolário: o desapego pelos valores da nacionalidade, que, uma vez desgastados, produzem a orfandade civil.

A perda gradativa de um referencial de valores morais e éticos, cada vez mais obscuros no contexto de um processo compulsório de liberalização dos costumes, gera insegurança e abala sensivelmente as relações familiares. Este problema afeta principalmente as camadas médias que num movimento crescente acorrem tanto ao PA quanto aos movimentos carismáticos em geral.

O exorcismo seria um autêntico “dar nome aos bois”. Seria resposta a problemas desde desemprego até crianças nascidas com lesões irreversíveis. O grande inimigo e causador dos males passa a ter um nome, com a vantagem adicional de que agora se dispõe de um poder maior para enfrentá-lo.

Nisso reside a motivação fundante para o fervor e a “guerra santa”, contra todas as demais religiões, notadamente aquelas que manipulam poderes sobrenaturais através da magia. Identificado o inimigo, não falta motivação para essa “luta” contra a malignidade invisível e suas pretensas expressões religiosas. Isto é suficiente para superlotar os templos todos os dias, e até o Maracanã eventualmente.

Poupança e prosperidade. Através da poupança compulsória, ou seja, pela captação de novos valores pela via da conversão (geralmente com forte cunho emocional), torna-se possível redirecionar e racionalizar os recursos financeiros, mesmo escassos, mormente quando tal redirecionamento representa uma forma eloquente de testemunho da conversão.

Nesses casos a prosperidade não só acontece como se faz notória. A sabedoria popular assevera: “contra fatos não há argumentos”. A interdição dos hábitos e costumes culturais mais comezinhos — principalmente aqueles ligados ao lazer e à sexualidade — produz um tipo de poupança que, uma vez investida na qualidade de vida material, transforma concretamente a situação das pessoas.

Intelectuais, autoridades eclesásticas e agentes de pastoral cada dia ficam mais estupefatos diante da

conversão de lideranças e militantes de movimentos sociais e da pastoral popular às agremiações religiosas do PA. Mais surpreendente ainda é a mudança que se verifica na vida dos convertidos que inclui a restauração de relações familiares e vicinais desgastadas, o repúdio à violência e uma conduta segundo padrões socialmente aceitáveis.

Esse seria um dos principais pólos de atração que contribui decisivamente para o crescimento numérico e a capacidade de mobilização das igrejas e movimentos do PA. A prosperidade visível pela racionalização dos recursos reforça o discurso religioso que afirma a contribuição sistemática à igreja como fonte de prosperidade. A tendência é o aumento da contribuição dos fiéis que o fazem com a maior alegria. Afinal de contas, o milagre é “visível”.

Êxtase coletivo. A prática da cura consagra as igrejas do PA como espaços de solidariedade e acolhimento sem a necessidade de formação de comunidade; aliás, inclinação distante das pessoas adaptadas ao ritmo dos centros urbanos de médio e grande portes. Os proscritos encontram seu espaço de reorganização da personalidade e do restabelecimento de uma escala de valores. Os anseios messiânicos são atendidos com doses maciças de misticismo, temperado com a liberdade quase total das expressões emotivas individuais e coletivas, criando um senso de fraternidade e dignidade singulares. Isto garante que essas igrejas vivam ainda por muitos anos um processo de franca expansão.

A ênfase exacerbada no exorcismo alimenta a “guerra santa”, conquanto a identificação dos “demônios” com os orixás e divindades do Candomblé e Umbanda representa um mecanismo de desmoralização dessas religiões, constituindo-se também num passo importante para obtenção da hegemonia religiosa no meio popular, um dos grandes objetivos do PA.

A prosperidade aparente funciona como um chamariz e atende aos anseios de ascensão. A liberdade de expressão religiosa, o êxtase franqueado a todos, a encenação de uma



luta “espiritual” em curso, o autoritarismo das lideranças secundados pela “iluminação divina” veicula a segurança desejada, ao mesmo tempo em que sacia a vontade de poder de uma população alijada historicamente da participação política.

O potencial político das multidões que atendem ao apelo do PA já foi testado, mas somente no futuro poderá ser aferido, posto que o fenômeno do PA nas proporções atuais tem menos de uma década. Têm-se notícias de favorecimentos de candidaturas através de um discurso religioso de cunho intimidativo e outros expedientes similares. Fala-se ainda de candidatos representativos do ideário e das reivindicações corporativas do pentecostalismo como um todo, e do PA em particular.

Pode-se afirmar que a capacidade de crer no invisível é estimulada e corroborada quando se consegue uma inversão da realidade palpável. Estabelece-se uma outra “realidade”, povoada de forças espirituais em conflito permanente, que acaba por ir ao encontro da mentalidade religiosa vigente e por último favorece interesses inconfessáveis que se beneficiam das crenças coletivas.

Outrossim, é também inegável que entre o visível e o factual existem milhões de seres humanos necessitados que através dessa inversão alcançam algum lenitivo, mas que podem servir como massa de manobra dos projetos de dominação. Afinal se a realidade fosse transparente, não haveria necessidade de ciência.

SINTONIZADOS COM A CULTURA

Estamos hoje muito distantes do ideal dos profetas da unidade evangélica como José Manuel da Conceição, Erasmo Braga, Eduardo Carlos Pereira, Epaminondas Melo do Amaral, ou ainda do Conselho Missionário Internacional, que preconizaram a necessidade de arraigar o protestantismo aos valores culturais do Novo Mundo, e sacudir o jugo das divisões confessionais e/ou denominacionais que dividiram o protestantismo nos países do Hemisfério Norte em séculos anteriores.

No Brasil as denominações e igrejas de origem reformada, engalfinhadas entre si, porém todas engolfadas no pietismo e no fundamentalismo, não conseguiram realizar o sonho dos pioneiros. Suas crises e desgastes somente cederam lugar ao protestantismo ultraconservador norte-americano e ao surgimento de novas expressões denominacionais sectárias e cada vez mais distantes da contribuição protestante. Uma dessas novas expressões é o pentecostalismo, especialmente aquele que apelidaremos de Pentecostalismo Autônomo.

Sintonia fina. Nos últimos trinta anos, só se torna importante aquilo que chega à televisão, em nosso País. Quando a novela “Tieta do Agreste” introduziu o personagem de um pastor, tornou-se pacífico que o fenômeno do pentecostalismo estava definitivamente incorporado à vida brasileira.

Recentemente as redes de televisão Manchete e Globo focalizaram o fenômeno do pentecostalismo, em particular a Igreja Universal do Reino de Deus, criada e liderada pelo sr. Edir Macedo. (Ela, a igreja – ou ele –, a partir do Rio de Janeiro, já possui uma rede nacional e filiais no exterior.) Das imagens e depoimentos, foi possível projetar um perfil do pentecostalismo através de algumas características fundamentais que seguem.

A herança renegada. O que primeiramente chama a atenção é o uso do texto bíblico. Num dos depoimentos, alguém que se denominou pastor deixou transparecer uma ignorância bíblica surpreendente. Isto decorre do fato de que no PA efetua-se a modalidade mais hipertrofiada de fundamentalismo: leitura e repetição constante de alguns versículos escolhidos para justificar práticas e “confirmar” doutrinas.

Sendo a Bíblia a base teológica e doutrinária das igrejas da Reforma, o uso negligente do texto é um indício do distanciamento do PA em relação ao protestantismo no que este tem de essencial. O compromisso histórico está praticamente ausente do discurso e da religiosidade do PA, o que se constitui, aliás, num elemento facilitador para qualquer proposta religiosa massiva.

A torcida de Jesus. A euforia e o fervor nos cultos e assembléias assemelham-se às manifestações das torcidas organizadas. Na proporção em que vão sendo interditas aos fiéis as expressões culturais mais comuns, estas são canalizadas para os momentos cúlticos, e paralelamente funcionam como catarse coletiva, que espanta os sofrimentos e o silêncio compulsório do cotidiano. O entusiasmo, sendo sempre contagiante e consonante, converte-se indiretamente num dispositivo proselitista, confere uma falsa identidade religiosa ao grupo, a qual escamoteia os níveis diferenciados de adesão e de crença entre os devotos.

Mística tupiniquim. No PA, a ruína de qualquer tradição cede espaço ao

emocionalismo que mescla a emoção mística comum aos congraçamentos religiosos com a excitação dos espetáculos no estilo “programa de auditório”. A Igreja Universal até mesmo abusa da fórmula de substituir letras de melodias da moda por versos religiosos, expediente de grandes virtudes mobilizadoras.

O uso das melodias populares mais divulgadas confere ao PA outro verniz de modernidade em relação às confissões históricas que possuem hinoologia própria. No momento em que a ideologia neoliberal inocula um conceito de modernização, essa imagem é bastante positiva junto à opinião pública.

Vontade de poder. A exorbitância de títulos e adjetivos é uma constante no discurso do PA. São ferramentas com as quais inverte-se a realidade, transformando em príncipes e princesas aqueles que carecem de dignificação. Reforçam também a autoridade e o poder das lideranças geralmente alcnhadas de “anjos”, “profetas” ou “mensageiros de Deus”. Não é à toa que o líder maior da Igreja Universal se autodenomina “bispo”; fato aparentemente contraditório quando deliberadamente se rejeita qualquer tradição confessional.

A simbólica do poder religioso tem como consequência um tipo de pieguismo prepotente e por vezes agressivo, que concede aos que pertencem ao PA um status de superioridade “espiritual” justificador de meios duvidosos de autodefesa e legitimador do ataque indiscriminado a todos os adversários e possíveis concorrentes.

Individualismo coletivista. A contradição presente neste título tenta apontar um paradoxo do PA: o mesmo aspecto que favorece e padroniza o comportamento massivo dá condições a cada qual de usufruir, a seu modo, dos bens simbólicos oferecidos.

É fato inédito no Brasil uma igreja evangélica manter uma oferta permanente de bens simbólicos, dos quais as pessoas podem-se apropriar a qualquer hora do dia e da noite. Isto cria uma modalidade religiosa com-

patível com o ritmo acelerado e até caótico dos centros urbanos, e que se assemelha às compras num supermercado. Esta é uma adaptação sociocultural que pode ser responsabilizada por boa parte do êxito do PA.

A reprodução. Não há preocupação com catequese ou formação. O que vale são algumas palavras de ordem com referencial bíblico distante. Princípios claros e diretos são inculcados pelo discurso repetitivo e sucinto e emoldurados pelos cânticos que os reiteram.

As possibilidades de reprodução da proposta religiosa do PA são numerosas. Sabendo-se que desenvolve seu proselitismo também através de outros meios além da palavra, o discurso desempenha a função precípua de estabelecer um conjunto de valores básicos e simplistas, que qualquer pessoa pode guardar e facilmente reproduzir quando questionada.

Essa escala de valores não traz nenhuma novidade. São os velhos princípios socialmente aceitáveis e engendrados pela ordem estabelecida. É oportuno sublinhar que esses valores adestram as pessoas para cumprirem fielmente seus papéis sociais. Disso decorrem as conquistas dos convertidos quanto à restauração de relações familiares e harmonia subjetiva. Contribuem ainda para a ascensão social, porquanto produzem trabalhadores “exemplares” e patrões mais “generosos”.

Verticalidade do poder. Com base na matriz religiosa que sempre favorece o clericalismo, conquanto destaque o papel dos mediadores, as lideranças religiosas do PA exercem seu controle ideológico e administrativo com mão de ferro. Um dos postulados mais importantes da Reforma do século XVI — o sacerdócio universal do crentes — é substituído por uma prática que recruta o trabalho de todos e se aproveita dele, mas que veta qualquer tipo de poder decisório aos leigos, mormente no que diz respeito ao controle financeiro.

O autoritarismo travestido em um messianismo recebe amplo apoio,

visto que barganha a autonomia de ação e pensamento pela segurança obstinadamente buscada, e que tem sua realização quando dá resposta às questões últimas da existência. É incalculável o sacrifício a que se podem submeter as pessoas para alcançar tal bem-estar.

As mediações. Onde mais se destaca a convergência do PA com a matriz religiosa é no uso inusitado de objetos como mediação do sagrado. Isto seria impensável em qualquer igreja de tradição protestante, enquanto no PA é largamente utilizado, até de forma bizarra. A própria Bíblia, mais que nada, é um amuleto, já que é pouco lida, e é manejada apenas nos atos de exorcismo e noutras cerimônias, como fonte de virtudes excepcionais, ao lado dos sacramentos. Também estes são interpretados segundo uma perspectiva utilitarista.

CONCLUSÃO

Estes indícios que aqui apontamos a partir das imagens e depoimentos que nos foram trazidos pela televisão não são uma exclusividade do PA. Na realidade esses elementos numa combinação distinta se fazem presentes nas muitas alternativas que o campo religioso brasileiro oferece.

Entretanto, o crescimento numérico do PA e sua extraordinária capacidade de mobilização demonstra que a proposta oferecida está em sintonia com as demandas espirituais da população brasileira de todas as camadas sociais.

No futuro, o carisma deverá rotinizar-se, e os remanescentes serão talvez poucas denominações mais próximas da tradição evangélica do que na atualidade. Porém, a originalidade que hoje o PA apresenta tem sido suficiente para provocar a adesão direta ou indireta de milhões de brasileiros. Ao contrário da “grande imprensa”, interessa-nos refletir sobre o povo, que necessita um remédio assim, ainda que amargo.

José Bittencourt Filho é Mestre em Ciências da Religião e coordena o Programa de Assessoria à Pastoral/CEDI.

O DEMO, PROFESSOR DE LÓGICA

Quem procurar um capítulo sobre o Diabo nos livros modernos de teologia vai ficar desapontado. Ninguém mais acredita nele. Teólogo que escrevesse sobre ele seria motivo de zombaria.

Também os tempos mudaram. Antigamente era mais fácil. Todo mundo sabia como ele era, e não eram poucos os que com ele se haviam encontrado nalguma encruzilhada à meia-noite. Virou até herói literário, por artes de Goethe, que descreveu sua longa convivência com um certo Dr. Fausto. Não havia muito acordo sobre os detalhes, mas a maioria das testemunhas afirmava ser ele um habitante das partes baixas do universo e dos homens, com preferência pelos fedores sulfúricos que saíam dos orifícios da terra e dos orifícios do corpo. Cheirou enxofre, por via das dúvidas um sinal da cruz não é demais. Seu cultivo das partes baixas lhe concedeu virtudes extraordinárias nesta área, sendo possuidor de qualidades fálicas incomparáveis, o que o tornava um motivo de inveja dos homens que procuravam os seus favores e das mulheres os seus amores. Diz-se que muitos velhos, diante do flácido veredito da idade, venderam a ele a alma por uns anos mais de virilidade.

Também há muitos casos comprovados e relatados em suas minúcias, perante assexuadas assembléias de clérigos, de ligações libidinosas entre Satanás e mulheres de fogo incontável, bruxas, com o resultado de filhos monstruosos, como no caso do bebê de Rosemary... Sua forma de fauno, chifres, rabo e pernas de bode, indicava ser ele um ser de vitalidade animal ilimitada, o que lhe dava o poder de conceder aos homens realizar o prazer de suas paixões. O que explica as razões de haver ele sido sempre associado ao fogo.

Paixão é fogo. O Demo mora num lugar onde as paixões estão em chamas. Seu palácio, o Inferno, segundo se dizia, era uma imensa fornalha, e o combustível para tamanha fogueira eram os desejos da carne que não se apagam nunca.

Hoje já é mais difícil encontrá-lo. O que levou muita gente a pensar que ele não existe. Como me falta conhecimento de primeira mão, pois nunca o vi, quem me

Anna Maria Badaró





instrui nestas coisas é o Riobaldo, jagunço, que por ser homem das solidões do sertão vê coisas que ninguém mais vê. E o que ele afirma (um espanto!) é que “o demônio não precisa de existir para haver — a gente sabendo que ele não existe, aí é que ele toma conta de tudo”. E me veio então a suspeita de ser esta a razão para o seu desaparecimento: por já haver tomado conta de tudo.

A se dar crédito ao que diziam os antigos, seria de se concluir que ele está bem no meio da guerra, pois não existe nenhum lugar no mundo onde as paixões estejam ardendo tanto. O fogo de fora só faz atizar o fogo de dentro. Os de lá, os de cá, os “inimigos” e os aliados, todos iguais. Há as paixões do amor: a saudade da casa, a carta da namorada, o retrato de um filho — tudo misturado com as armas e as máscaras. Há as paixões do ódio: a raiva dos donos daquilo tudo, o prazer de matar, o desejo de destruir. Há as paixões do medo: o medo de morrer... Inferno. É, o Diabo deve andar por lá.

Discordo. A coisa de que o Diabo menos gosta é o Inferno. No Inferno moram os

homens. Ali se sente o cheiro da sua carne. Mas o Diabo tem nariz muito sensível. Guerra é esgoto malcheiroso do mundo. Mas o Diabo é lá besta de gostar de esgoto? Quem gosta? Assim como evacuar é o lado fétido da delicada operação de comer, a guerra são as fezes da delicada operação de pensar. É disto que o Diabo gosta: pensamento puro, sem paixão. Ele é um esteta. Contempla, analisa. Jogador de xadrez. Dante disse que o Diabo é um ser glacial, que vive imóvel dentro de uma montanha de gelo. Sua morada não é a paixão que vive nos lugares baixos e quentes do corpo, mas a frieza que mora nos lugares altos da alma. O Diabo é gelo. Inteligência pura, corpo magro, de hábitos alimentares ascéticos, disciplina intelectual rígida, tendo chegado mesmo a autocastrar-se para fugir da divina tentação do amor... Por isto fica sempre longe das loucuras infernais das paixões, coisa dos homens. Para os que estão apaixonados ainda resta uma esperança.

É assim que ele faz as guerras. Não pelas emoções mas pela precisão científica daqueles que pensaram as armas (e eles dizem: “Não matamos ninguém, só pensamos”). Pela precisão econômica daqueles que fizeram os cálculos dos lucros (e eles dizem: “Não matamos ninguém, só fizemos bons negócios”). Pela precisão lógica daqueles que jogaram o xadrez da morte (e eles dizem: “Não matamos ninguém, só pensamos a estratégia do poder”). Tudo limpo, tudo elegante, tudo respeitoso, dito com voz calma e fria. Tudo é gelo. O Amor se apagou. Tudo é lógica. Tudo é inteligência. É, a inteligência pura é coisa do Diabo. “A lógica”, dizia Guimarães Rosa, “é a força com a qual algum dia o homem haverá de matar. Apenas superando a lógica é que se pode pensar com justiça. Pense nisto: o amor é sempre ilógico, mas cada crime é cometido segundo as leis da lógica”.

Não é de se admirar, portanto, que o Diabo não seja mais encontrado. Pois, quando não existe, aí é que tomou conta de tudo. Onde mora o Diabo? Justo lá onde se pensa que ele não está. Na inteligência pura.

NICARÁGUA VOCÊ SE LEMBROU DO 19 DE JULHO?

Decorridos doze anos da revolução sandinista, o povo da Nicarágua busca a manutenção de alguns dos direitos conquistados em um processo penoso onde muitas vidas foram sacrificadas. O projeto neoliberal de Violeta Chamorro, com seus dois pacotes econômicos, provocou mais desemprego e colapso no sistema produtivo, agravando ainda mais o quadro social do país

Cristina Retroz Bernardes

Por aqui não houve baile vermelho e preto, nem marchas e atos de desagravo. Para muitos que todos os anos celebraram o dia 19 de julho — como um marco sagrado — a data passou como se fosse um dia qualquer.

Na Nicarágua, o 19 de julho e outras datas históricas não mobilizaram a população como nas vezes anteriores, mesmo com a realização do Primeiro Congresso da Frente Sandinista no dia da celebração do 12º aniversário da revolução.

O país não está apático e passivo. Sucessivas greves na maioria das categorias de trabalhadores, mobilizações do campesinato e da população urbana conferem à Nicarágua a imagem de um país em franca convulsão social. As mobilizações populares — mesmo aquelas que contam com o apoio da Frente Sandinista — não se destinam à tomada do poder ou a fazer valer reivindicações essencialmente políticas. Buscam, na verdade, as respostas do governo às demandas econômicas, o respeito aos direitos conquistados durante a revolução, o cumprimento das promessas que a União Nacional

Opositora (UNO) fez aos “contras” e aos setores insatisfeitos com a revolução, e, do lado do empresariado, a retomada das propriedades confiscadas pela revolução.

Se antes cuidava-se primeiro da política para resolver (e adiar) a solução dos problemas econômicos, hoje os setores populares organizados tratam de exigir o saneamento da economia em uma nova realidade política que, afinal, foi escolhida pelo povo nicaraguense.

Navegando sem rumo: Frente Sandinista. Saindo de um processo revolucionário que tinha a condução dos mesmos militantes históricos ao longo de dez anos, a Nicarágua ressent-se basicamente da ausência de um projeto para o país e do contínuo agravamento da situação econômica.

A própria Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) faz a autocritica e reconhece haver governado por dez anos confiando que jamais deixaria o poder e que tinha as respostas para todos os problemas. Ao longo desse período, o país viveu

a chamada “construção da revolução”, executada com amadorismo, excesso de pragmatismo, conflito entre as tendências internas da Frente, demagogia, paternalismo, autoritarismo e imediatismo. O país não foi preparado para no futuro viver com ou sem a FSLN. É verdade, no entanto, que não apenas de erros viveu a revolução e que parte da carga negativa que a Frente Sandinista carrega deve-se à violenta e cruel agressão dos Estados Unidos e aos dez anos em que o país viveu em guerra. A abertura à participação popular no governo (não tão ampla como foi divulgada), a reforma agrária, o atendimento aos sem-teto nas cidades, a escola pública e gratuita, a alfabetização, a realização de eleições limpas, o apoio dado pela igreja dos pobres, a solidariedade oferecida a outros países, a política exterior foram iniciativas revolucionárias positivas, aceitas e defendidas pela população.



As primeiras ações políticas da FSLN após a derrota parecem indicar que o partido está abandonando suas concepções vanguardistas e exclusivistas e rediscutindo a relação que um partido hegemônico deve ter com o Estado

Várias vezes tentou-se explicar por que a FSLN perdeu as eleições de 25 de fevereiro de 1990. Examinando-se as diferentes interpretações, todas destacam um problema fundamental: os erros que inevitavelmente são cometidos por qualquer pessoa ou instituição que se julgue dona de uma verdade maior e que concentra em suas mãos os mecanismos de execução das tarefas políticas e econômicas. Aí colaborou decisivamente a propaganda política da Frente que sempre apresentou seus dirigentes como infalíveis, além de considerar os sandinistas históricos seres absolutamente perfeitos, incapazes de cometer erros ou injustiças.

O exame desse problema localiza uma das importantes diferenças entre os dois projetos propostos pelas tendências mais fortes na FSLN, ambas com a intenção de preservar as conquistas revolucionárias, enfrentar a vida política com mais maturidade e — o que parece mais difícil — manter a unidade do partido. Por um lado estão os sociais-democratas que defendem um projeto nacional, no qual participem todos os setores sociais, apostando em um projeto de desenvolvimento que favoreça as maiorias pobres. Do outro, estão os chamados radicais ou populistas que defendem um projeto popular direcionado exclusivamente aos camponeses, operários, artesãos e pequenos funcionários, mantendo a economia estatizada, o exército forte e o partido da FSLN se confundindo com o Estado.

A tendência que prevalecer no partido determinará a relação com o governo de Violeta Chamorro, a mobilização de um grande segmento de trabalhadores e camponeses e a forma de se preparar para a disputa nas próximas eleições presidenciais.

As primeiras ações políticas da FSLN após a derrota parecem indicar que o partido está abandonando suas concepções vanguardistas e

exclusivistas e rediscutindo a relação que um partido homogêneo deve ter com o Estado. Destacam-se Daniel Ortega, como freqüente mediador entre os movimentos populares e políticos e o governo, e outros dirigentes sandinistas de tendência social-democrata.

O confronto dos distintos projetos que as tendências da Frente têm a propor à Nicarágua abate e confunde ainda mais os simpatizantes do sandinismo e a grande massa da população que durante dez anos sofreu de forma aguda as agressões dos “contras” e os fracassos de várias ações governamentais. Daí a preocupação em manter a unidade do partido, baseando-a em

princípios que sejam comuns às diferentes tendências e que são a essência da luta levada pela Frente Sandinista, compreendida não apenas como sua direção nacional, mas sobretudo os militantes anônimos que tanto se sacrificaram.

O projeto neoliberal. A Frente Sandinista busca, a partir do Primeiro Congresso, a definição de seus estatutos e um projeto nacional ou popular para a Nicarágua. O governo de Violeta Chamorro, por sua vez, tentou um projeto neoliberal na economia e uma política de alianças no Congresso. Não deu certo.

Na economia, Violeta Chamorro esperava sanear o país com recursos prometidos pelos Estados Unidos. Os recursos não vieram. Fez dois pacotes econômicos recessivos que provocaram mais desemprego, colapso no sistema produtivo, corte drástico nos créditos, mas habilitou o país a conseguir um empréstimo depois de haver pago uma parcela dos juros da dívida externa. A piora na situação econômica resultou no seguinte quadro social: 50% da população economicamente ativa nas cidades não tem emprego — no campo chega a 77%; 30,6% dos nicara-

Calicut



NICARÁGUA

Área: 120.254 km².
 População: 3.622.000 (est. 1988). Capital: Manágua.
 Produto Nacional Bruto (PNB): US\$ 2,9 bilhões (1987). Taxa de crescimento do PNB: -1,4% (1988). Gastos com a defesa: US\$ 1,8 bilhão. Dívida externa: US\$ 7,2 bilhões (1988). Força de trabalho: 1.126.300 (1987), sendo 32,4% na agricultura.
 Mão-de-obra feminina: 21,6% da força de trabalho (1987). Natalidade: 41,7 por 1.000 hab. (1986). Taxa de fertilidade: 5,7 filhos por mulher (1984). Mortalidade: 8 por 1.000 hab. (1986). Expectativa de vida: 58,7 anos (homens) e 61 (mulheres) (1985). Saúde: 644 hab. por leito de hospital (1985); 1.456 por médico (1984). Mortalidade infantil: 76,4 por 1.000 nascimentos (1985). Consumo de calorias *per capita*: 102% sobre o mínimo recomendado (1983). Analfabetismo: 12% (1983). Educação: 760.927 alunos (1987) em 4.533 escolas primárias e secundárias (1985). Educação superior: 16 estabelecimentos de nível superior (4 universidades), com matrícula total de 26.878 alunos (1987). Parcela do orçamento nacional gasto na educação: 12% (1981).
 Fonte: Almanaque Abril 1991

prometidas terras quando abandonaram a luta armada e ainda não foram atendidos.

guênses vivem na pobreza, 22,7% na extrema pobreza e 16% na indigência; desde março de 1991 o salário mínimo perdeu 30% do poder aquisitivo. A deterioração econômica seguiu-se uma onda ininterrupta de greves (de junho de 1990 a junho de 1991), promovidas pelos sindicatos sandinistas, os vinculados a outros partidos e sindicatos independentes. Verificou-se também um grande dinamismo nos movimentos reivindicativos de setores antes não organizados e sem vinculação com tendências ou partidos políticos, mas ao que tudo indica tiveram a consciência dos seus direitos forjada no período revolucionário.

Na política, o agrupamento de partidos que apoiou Violeta Chamorro desintegrou-se ao longo de um processo que inclui até uma tentativa de golpe de Estado promovida pelo vice-presidente Virgílio Godoy.

Os representantes políticos da extrema-direita exercem hoje uma franca oposição ao governo e já recorrem às armas para retomar as propriedades que lhes foram confiscadas pelos sandinistas e destruir as cooperativas que competem com as grandes fazendas. No campo surgiram os "recontras", um agrupamento de camponeses destruídos pela crise econômica e ex-contras aos quais foram

As pressões que a extrema-direita exerce sobre Violeta Chamorro e as tentativas do governo para melhorar a situação econômica provocaram a simpatia ou oportunidade de aliança estratégica de grupos de esquerda e centro-esquerda, inclusive de personalidades da Frente Sandinista. Tratam de dar um apoio condicional ao governo porque sabem que a preservação de muitas das conquistas revolucionárias depende do cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo com a Frente Sandinista firmados durante o período de transição nos meses de março e abril de 1990. Sabem ainda que isso é possível porque Violeta está no poder e não a extrema-direita.

Nestes doze anos de revolução sandinista, nos quais pela primeira vez a vanguarda não está no poder, o povo da Nicarágua busca a manutenção de alguns dos direitos mais elementares que foram conquistados em um processo penoso, angustiante, marcado pela insegurança e pela desagregação das famílias e das comunidades. Mas não pode ser esquecido que, apesar de todos os erros, dos avanços e dos retrocessos, esta foi uma revolução popular que hoje não é rechaçada, embora muito criticada pelos graves erros cometidos pela vanguarda dirigente.

O desejo de manutenção das conquistas revolucionárias pelo povo, a avaliação crítica que está ocorrendo na FSLN e a abertura do governo a setores mais progressistas podem levar a Nicarágua a viver no futuro próximo — se a extrema-direita não convulsionar o país — uma democracia de matiz social-democrata e permitir finalmente a execução de um plano de desenvolvimento que possibilite retirá-la de sua crônica situação de pobreza.

Cristina Retroz Bernardes é filósofa e editora responsável do Serviço Informativo sobre América Central — SISAC.



POVO E PODEROSOS FRENTE AOS SINAIS DE DEUS

UMA LEITURA DE ATOS 3-4 A PARTIR DO MUNDO OPRIMIDO

Severino Croatto

Os capítulos 3 a 5 de Atos constituem uma unidade temática. Os sucessos narrados são a consequência do prodígio realizado por Pedro na porta do Templo: a cura do aleijado de nascença.

A relação acontecimento/interpretação é uma característica da obra lucana que se percebe desde o capítulo 2 (Pentecostes) até o último capítulo (28.25ss). Também é característica central em toda a obra o motivo para o testemunho dos apóstolos, sendo enfatizado nos capítulos 3 a 5.

Os discursos dos protagonistas (Pedro, Estêvão, Paulo, Tiago, etc.) são os que recolhem e melhor expressam esses motivos. Estes discursos, querigmáticos antes de mais nada, são também teológicos e constituem-se em um terceiro rasgo desta construção lucana.

Um quarto rasgo, descritivo, é a inserção de “sumários” sobre a situação e especificidade da comunidade primitiva. Dois deles aparecem nos capítulos 3-5 (4.32-35 e 5.12-16).

Nosso objetivo nesta abordagem é, dentro dessa unidade, focar os capítulos 3-4, sem contudo omitir uma referência ao discurso de Pedro (5.29-32), pois pertence ao mesmo contexto e está em posição simétrica aos anteriores (3.12-16 e 4.8-12).

A cena principal é a cura (3.1-10). Esta primeira unidade literária

é determinante tanto nos relatos que o antecedem como nos que se seguem. As cinco referências ao Templo (vs. 1, 2, 3, 8 e 10) colocam o leitor em um lugar perigoso e ambíguo. Era o lugar do encontro do povo com toda a liberdade (menos os excluídos por preconceitos). Ali, também concentrava-se o poder religioso, com suas derivações políticas, econômicas e ideológicas do judaísmo dependente que existia na época. É conhecido o papel do Templo nesse momento. O gesto de Pedro tem múltiplos sentidos:

1. Pedro, como porta-voz do movimento de Jesus, representava um grupo malvisto, se não marginalizado. Contudo, estava muito viva a imagem de Jesus sendo acusado como subversivo da ordem religiosa e política (Lc 23.2,5): “(...) subvertendo nossa nação (...)”, “(...) subleva o povo (...)”. Portanto, a ação de Pedro tem um forte valor simbólico e contestatório, conforme veremos adiante.

2. A ação no Templo é simétrica à de Jesus (Lc 19.45-20.19). Ele entra no Templo, ataca os comerciantes, ensina o povo e anuncia as boas-novas. Imediatamente atrai contra si as autoridades religiosas — sumos sacerdotes, escribas e notáveis do povo (19.47) e também os anciãos (20.1b). A pergunta “com que poder (autoridade) realiza tais sinais?” (20.2) demonstra que os gestos de Jesus haviam sido enten-

didos como desestabilizadores. No mesmo tom é a pergunta que os sacerdotes, o chefe da guarda do Templo e os saduceus dirigem a Pedro: “Com que poder, ou em qual nome fizeste isso?” (4.7). É uma pergunta pelo poder, sem rodeios, a partir de uma pretensa segurança da ordem estabelecida, que sente-se ameaçada. Nem Jesus nem Pedro apareciam como poderosos, contudo, deviam ter um respaldo para os seus atos. Por isso a pergunta não é “por que fizestes isso?”, mas sim “com que poder, com que autoridade, em nome de quem?”. Se há um outro poder na ação de Jesus ou de Pedro, o *status quo* é ameaçado. Desse modo, compreende-se a preocupação das autoridades pela origem da intrepidez de Jesus ou de Pedro.

3. A cura do paraplético está na categoria dos “prodígios” e “sinais” escatológicos anunciados por Joel (3.3ss). No sumário de 2.43 encontramos que “através dos apóstolos aconteciam muitos prodígios e sinais”, o que é reafirmado na oração da comunidade perseguida, que pede a Deus poder para anunciar a Sua palavra com toda a intrepidez (4.30) e realizar curas, sinais e prodígios em nome de Jesus. Deve-se destacar que essa também é uma ação simétrica a de Jesus. Através dos evangelhos (em especial, Lucas 4.1ss) e tam-

bém pelo discurso de Pedro (mais perto de nosso contexto de Atos) no dia de Pentecostes, sabemos que “Jesus, o nazareno, foi por Deus aprovado diante de vós com milagres, prodígios e sinais, que Deus operou por meio dele entre vós, como bem o sabeis” (2.22). Esta simetria entre a primeira comunidade cristã e o Jesus histórico é ainda mais completa, e reforçada em nível literário pela estruturação que Lucas dá aos episódios em forma concêntrica. O livro de Atos é a contrapartida do evangelho, só que em sentido inverso.

Um segundo aspecto de Atos 3-4 que convém destacar é o que se refere ao *efeito* produzido pelo prodígio realizado. Observamos também um paralelo com os sinais realizados por Jesus. Feita a cura, as reações serão opostas: de um lado, o povo; do outro, os poderosos. O texto detém-se, talvez intencionalmente, no primeiro efeito (3.10 – para o segundo efeito veja 4.1ss): “todo o povo... e ficaram cheios de admiração e assombro”. Esta é a primeira atitude frente a um prodígio.

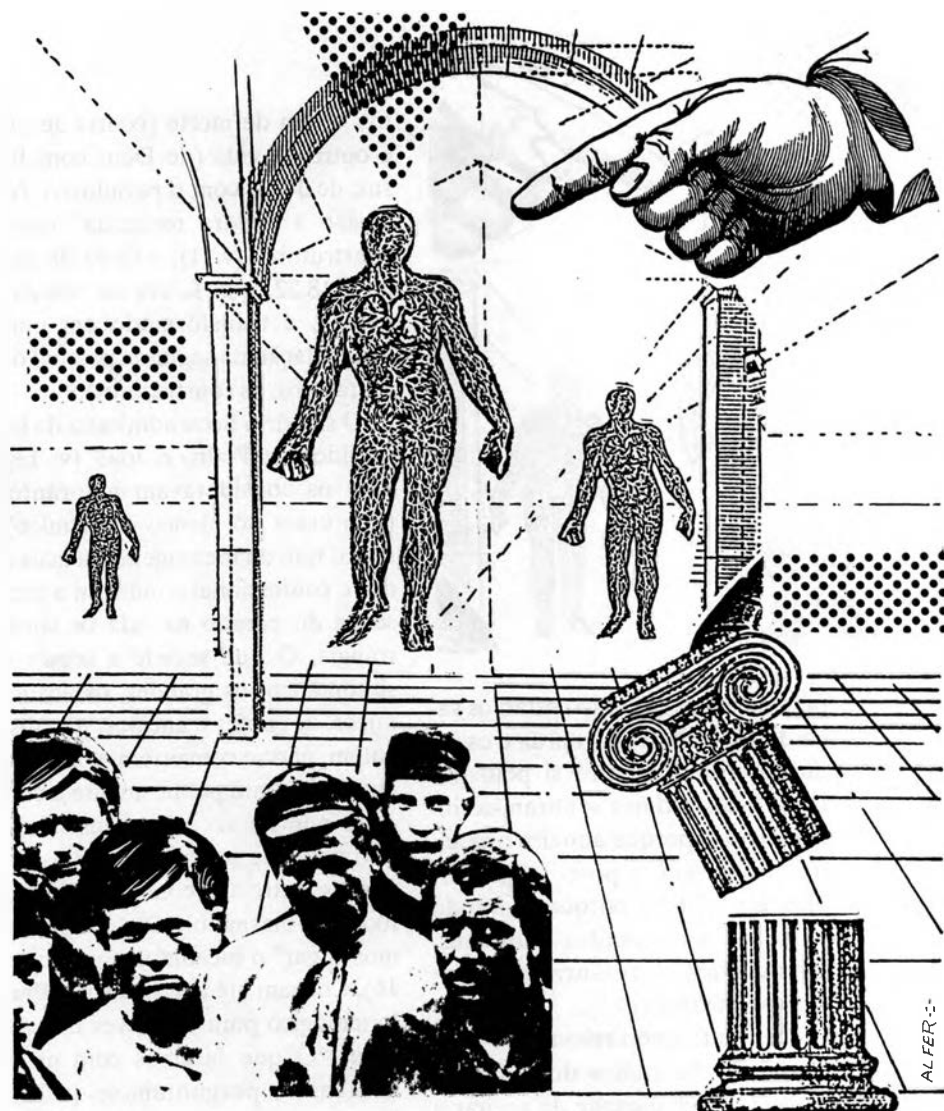
A segunda atitude é a busca do sentido. O povo o faz espontaneamente (v. 11), mas não procura os escribas e doutores, e sim a Pedro e João. O discurso de Pedro, portanto, é dirigido ao povo (v. 12a). A primeira referência é ao Deus do Êxodo e dos patriarcas, o Deus da vida e da salvação, a quem atribui-se a glorificação de Jesus, “a quem vós entregastes, e a quem vós renegastes”. (v. 13ss). Pedro globaliza a responsabilidade dos habitantes de Jerusalém na morte de Jesus (não fala ao povo judeu como tal, mas a judeus de Jerusalém, que atuaram na petição da morte de Jesus – pelo menos um grupo incitado pelas autoridades – cf. Lc 23.13-25 e Mc 15.11). Estes “israelitas” (v. 12b) de Jerusalém são

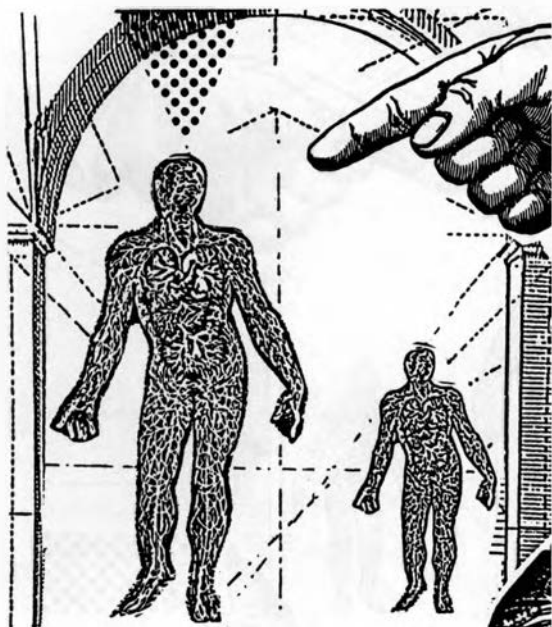
chamados na segunda parte, onde inicia-se o chamado à conversão, de *irmãos* (v. 17ss). Esse povo agiu por ignorância (v. 17), até mesmo os seus chefes. Esse povo agiu por ignorância (v. 17), até mesmo os seus chefes.

Essa atitude é paralela à de Jesus (conforme Lc 23.34) e abre caminho para o perdão da parte de Deus e a conversão por parte dos interpelados. Nesse discurso paradigmático de Pedro, Jesus recebe seis títulos, todos tomados do Antigo Testamento: servidor (v. 13); santo e justo (v. 14); condutor da vida (v. 15); messias (v. 20); e profeta (v. 22, com uma citação de Dt 18.15a). A repetição de “servidor”

(v. 26) completa o número sete e encerra o discurso formando uma inclusão retórica com v. 13. No centro desses títulos aparece o de “condutor da vida”, título que tem a ver com o tema do discurso e o acontecimento que ele interpreta: a cura a realizada por Pedro.

No capítulo 4 abre-se um outro episódio, decisivo enquanto consequência do que se havia narrado. O discurso modelo de 3.12-26 está literariamente encerrado. Contudo, em 4.1 Pedro e João estão falando ao povo quando “sobrevieram as autoridades” para calá-los. Com isso, produziu-se no texto um efeito admirável: de um lado estão os apóstolos e o povo (ligados





pela palavra); do outro estão os sacerdotes, o chefe da guarda e os saduceus (unidos entre si pelo poder). Estes últimos sentiram-se incomodados porque aqueles primeiros ensinavam o povo (comparar com Lc. 20.1) e porque, havendo entre as autoridades saduceus, anunciavam a ressurreição dos mortos em Jesus (4.2).

Um outro dado relevante é o da conversão de muitos dos ouvintes (v. 4). O povo é capaz de aceitar a mensagem, de compreender o sinal vivido; os que detêm o poder não são capazes de entender o acontecido, muito pelo contrário, armam um grande aparato judicial, sumos sacerdotes (chefes), os anciãos representantes da nobreza civil e simpatizantes dos saduceus e, por fim, os doutores da Lei, além de fariseus e saduceus. Esse plenário inquisitorial (há uma posição com a ação do povo em 3.11ss) motiva um novo discurso de Pedro. O tom da mensagem modifica-se frente ao novo destinatário (4.8-12): se há tanto problema em curar um enfermo, que saibam que foi em nome de Jesus, de cuja morte eles mesmos são responsáveis, enquanto Deus mesmo o ressuscitou. Aparecem aqui, subitamente, dois proje-

tos — um de morte (contra Jesus) e outro de vida (de Deus com Jesus, de Jesus com o paralítico). Na alusão à “pedra recusada” pelos construtores (v.11), o texto do salmo 118.22, que falava na terceira pessoa, é transformado em uma interpelação na segunda pessoa do plural (*vós*, os construtores).

O sinédrio ficou admirado da intrepidez de Pedro e João (v. 13). Eles os consideravam ignorantes (não eram do elenco acadêmico), mas o tom da mensagem era acusador e confessional e também a presença do curado na sala os constrangia. O que sucede a seguir é sintomático: os grandes, os acadêmicos, os chefes e anciãos, não discutem, não se convertem, e nem ao menos aceitam publicamente a verdade que foi vista por seus olhos. Isso tem que ser feito a portas fechadas: entre eles confessam (estão todos no mesmo nível): “não podemos negar” o sucedido, afirmam (v. 16). Chegam até a usar um vocábulo teológico para descrever a cura: *sinal*. “O que faremos com estes homens?”, perguntam-se (v.16). Existem duas soluções possíveis: ameaçá-los ou encarcerá-los. São duas formas de repressão. Estrategicamente, iniciam pela primeira possibilidade, que é menos alardeadora (vs. 17-18).

A resposta dura e firme de Pedro e João (4. 19b-20) cria um impasse. As autoridades são inteligentes: libertam-nos com ameaças, mas sem castigá-los, *por temor ao povo* (v.21). Aqui, o povo surge como elemento de controle da mentira e do desvirtuamento dos fatos.

O sinédrio já havia fracassado, proibir de falar a pessoas que não temeram falar em seu próprio meio era uma vã ilusão. Os episódios pediam a outra solução, a prisão, próprio de quem não tem outro recurso senão a força para impedir o

exercício da liberdade da palavra. Lucas, contudo, demora um pouco mais até mostrar essa última decisão (5.17ss).

Para Lucas, é muito importante a cena que aparece interposta em 4.23-31. Trata-se da oração paradigmática da comunidade cristã perseguida, constituída principalmente com as lembranças da tradição político-religiosa da coalizão de países contra uma cidade (Ez 38-39; Zc 12.2s, 9:14.2) ou um rei (Sl 2.1-2), que é Jesus (v. 27b). A petição refere-se à intrepidez no falar e ao dom de curar, que é continuar com os “sinais e prodígios” (vs. 29-30). Isso significa voltar à situação de 3.1ss ou, em outros termos, seguir a linha do povo e ignorar as autoridades. Por isso, a nova irrupção do Espírito Santo (4.31), fruto da oração, é geradora de liberdade (v 31b).

Lucas pode, então, inserir o seu segundo sumário (4.32-35), que descreve a harmonia, a comunhão de bens e (no centro literário) o poderoso testemunho sobre a ressurreição de Jesus, a grande demonstração divina da Vida.

Resumindo, podemos perceber nos dois capítulos de Atos: a constituição de dois grupos (apóstolos/povo e autoridades de distintos níveis); uma leitura contrária da cura do paralítico; um testemunho que gira em torno da vida; o papel do povo como gerador do medo e debilidade nos poderosos; e, por último, a grande força dos testemunhos de Jesus, apoiados pelo povo e fortalecidos por uma dupla irrupção do Espírito Santo (2.1ss; 4.31s).

José Severino Croatto é biblista, autor de vários livros, entre os mais conhecidos, *Êxodo — uma hermenêutica da liberdade*, Ed. Paulinas, e professor no ISEDET, em Buenos Aires.

NEGOCIAÇÃO E CONTRATO COLETIVO

Luís Flávio Rainho

NEGOCIAÇÃO E CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO

Revista do Programa de Formação Sindical do Instituto Cajamar
Ano 1 — nº 1 — junho de 1991
Instituto Cajamar e Editora Brasil Urgente, 21 x 28 cm, 94 p.



Como é sabido, a estrutura da Organização sindical brasileira foi implantada em 1939 com base na “Carta del Lavoro”, de Mussolini. A Constituição de 1988 introduziu algumas alterações, preservando, todavia, seus fundamentos principais. Com essa legislação, os sindicatos são obrigados a ter processos individuais de negociação e estabelecem suas próprias convenções coletivas. Além disso, ela produz limitações concretas: mediação e arbitragem da Justiça do Trabalho; controle sobre o direito de greve, e no próprio instrumento de contratação, a convenção coletiva de trabalho, com vigência de um ano e totalmente renegociável.

A negociação coletiva no Brasil ainda é bastante recente. Somente após 1965 é que passou a ser regulada de forma mais sistemática e em consonância com a estrutura organizativa sindical. É realizada em datas diferenciadas para cada sindicato (a chamada data-base). No entanto, boa parte dos sindicatos, principalmente os de categorias profissionais com número muito reduzido de trabalhadores e os rurais (em quase toda sua totalidade), ainda não têm convenção coletiva, cujas relações de trabalho são reguladas pela precária legislação trabalhista vigente e pelos reajustes do salário mínimo.

A CUT propõe a figura do contrato coletivo de trabalho. Assim, por exemplo, poderia firmar um contrato coletivo que estabelecesse um patamar mínimo e comum para as relações de trabalho na área industrial de todo o País (política salarial, condições de trabalho, proteção em relação à automação, etc.).

A livre negociação seria, então, um processo nacional, auto-regulado das relações entre capital e trabalho, baseado na livre disposição das partes, respeitando direitos sociais básicos, e assegurando a independência e autonomia dos sindicatos e centrais sindicais. Ela deve estar intimamente ligada à instauração de uma nova organização sindical e jurídico-trabalhista que contemple contratos coletivos nacionais de trabalho.

No entanto, não existe um modelo acabado para se fazer o contrato coletivo; não temos ainda no Brasil uma cultura sindical contratual e, mesmo que existisse, ele não funcionaria por “decreto” ou por simples instituição de uma legislação específica. Além do mais, há controvérsia a respeito de sua implantação entre dirigentes sindicais e especialistas no assunto. Diver-

gências que vão desde questões conceituais até político-ideológicas relacionadas a sua adoção no que diz respeito a diferentes concepções e práticas sindicais.

O Instituto Cajamar (INCA) lançou em junho deste ano a Revista *Negociação e Contrato Coletivo de Trabalho*. Ela é uma publicação que traz as experiências em negociação e contratação coletiva de trabalho nos Estados Unidos, Alemanha, Itália, Espanha e Uruguai e as experiências nas categorias metalúrgica, bancária, servidores públicos e rurais. Conta ainda com artigos analíticos e conceituais de especialistas internacionais e nacionais, bem como entrevista exclusiva com Jair Menegueli, presidente da CUT, e de outros dirigentes e assessores sindicais. Há ainda a visão de empresários ligados à FIESP/CIESP, PNBE e Autolatina, além das propostas de projetos de lei enviados ao Congresso Nacional pela CUT e pelo governo federal.

Como se percebe, a temática da Revista é relevante não só pela necessidade de se ampliar esse debate e de se colocar em prática a negociação e contratação coletiva de trabalho como prerrogativa para a modernização das relações entre capital e trabalho no Brasil, mas também porque o governo remeteu ao Congresso projeto de lei propondo profundas alterações a esse respeito.

Luís Flávio Rainho é professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) e Pós-Doutorando na Universidade de São Paulo (USP)

qualificação da mulher

consumidora individual

economia